

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES/ UFPR
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS/ DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA

Clayton Soares Fonseca

**A INFLUÊNCIA DA PROPAGANDA E DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA
CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO:**

UMA LEITURA A PARTIR DE HANNAH ARENDT

MONTES CLAROS/ MG

2020

CLAYTON SOARES FONSECA

**A INFLUÊNCIA DA PROPAGANDA E DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA
CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO:**

UMA LEITURA A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado
Profissional em Filosofia PROF-
FILO UFPR/UNIMONTES como requisito para
obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Alvimar de Sousa

MONTES CLAROS/ MG

2020

ESPAÇO RESERVADO À FOLHA DE APROVAÇÃO

A minha mãe Tereza, ao meu pai Bento e a minha
esposa Milene.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer pela conclusão desta dissertação, a Deus primeiramente pelo milagre da vida;

A minha família, minha esposa e companheira Milene, aos meus pais Bento e Tereza, aos meus irmãos Soraia, Camilo e Vicente, enfim, a todos os entes queridos e amigos que, direta ou indiretamente, motivaram-me à conclusão deste trabalho;

A todos os professores que me ensinaram nesta jornada, sem eles seria impossível chegar até aqui;

Agradeço à turma 2018-2020 do programa de mestrado profissional em Filosofia pelo aprendizado conjunto e pelo bom humor; agradeço à coordenação e aos envolvidos por trazerem o programa à Unimontes e lutarem por sua permanência;

Agradeço à Escola Estadual Tiburtino Pena, à Escola Estadual Francisco Sá, à Escola Estadual Amâncio Juvêncio da Fonseca e à Escola Dona Valentina Alkimin, onde aprendi com toda a comunidade escolar a importância de lutar por uma educação de qualidade e que a escola vai muito além dos seus muros;

Agradeço à banca de qualificação composta por Dr. Antônio Wagner e Dr. Fábria Magali pelas valiosas contribuições para a finalização desta dissertação.

Agradeço pela oportunidade de Orientação do professor Antônio Alvimar de Souza, pela força e incentivo.

“Em nome de interesses pessoais, muitos abdicam do pensamento crítico, engolem abusos e sorriem para quem desprezam. Abdicar de pensar também é crime”. (Hanna Arendt)

RESUMO

O presente trabalho refere-se à pesquisa, na perspectiva do pensamento arendtiano, sobre a influência da propaganda e da mídia na formação das massas alienadas que acabam por apoiar regimes totalitários, causadores de violência extrema e perda da liberdade. Para tanto, estende-se para o ambiente escolar, explorando de que modo ele pode contribuir para a conscientização dos jovens através das aulas de Filosofia. Metodologicamente, optou-se por uma pesquisa teórica, buscando por meio da análise e procedimento de coleta bibliográfica, possibilitar o aprofundamento do conceito de propaganda à luz do pensamento de Hannah Arendt em relação à influência na manipulação das massas. Com base nessa teoria, traçou-se uma proposta de intervenção com objetivo de conscientizar os alunos sobre as ideias totalitárias ainda presentes na sociedade e os seus riscos para a liberdade e a democracia. Na proposta o filme Matrix é utilizado como forma pedagógica para levar os alunos a compreender a manipulação e o aprisionamento provocado pelas cavernas tecnológicas no qual todos estamos inseridos.

Palavras chaves: Propaganda; mídia; manipulação.

ABSTRACT

The present work refers to research on the influence of advertising, the media, in the formation of alienated masses that end up supporting totalitarian regimes, causing extreme violence and loss of freedom from the perspective of Arendtian thought. And how the school environment can contribute to the awareness of young people through Philosophy classes. The research methodology is characterized by a theoretical research with an intervention proposal, seeking through the analysis and bibliographic collection procedure, to enable the deepening of the concept of advertising in the light of Hannah Arendt's thought in relation to the influence on the manipulation of the masses. The intervention proposal aims to make students aware of the totalitarian ideas still present and their risks to freedom and democracy. In the proposal, the Matrix film is the pedagogical way to lead students to understand the manipulation and imprisonment caused by the technological caves in which we are all inserted.

Key words: Advertising, media, manipulation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPITULO I: CONTEXTO HISTÓRICO DA VIDA DE HANNAH ARENDT E REFLEXÕES SOBRE A PROPAGANDA E A MÍDIA	12
1.1 Introdução à Propaganda Totalitária Antissemitismo e corresponsabilidade dos judeus pelo holocausto	12
1.2 Contexto histórico da vida e obra de Hannah Arendt	14
1.3 Reflexões sobre a propaganda e a mídia	17
1.4 Antissemitismo e corresponsabilidade dos judeus pelo holocausto	23
1.5 A modernidade e o esquecimento da política	26
1.6 O pensamento de Silvio Gallo sobre o ensino de Filosofia e as reflexões de Hannah Arendt sobre o pensar político	28
1.7 Diálogos com Ensino Médio.....	35
1.8 - Totalitarismo e biopolítica na sociedade de controle: Gallo e Arendt	36
1.9 Alienação e Ciência.....	40
CAPÍTULO II: RELAÇÕES ENTRE O MITO DA CAVERNA DE PLATÃO, O FILME MATRIX, A RETÓRICA E AS FAKE NEWS	44
2.1 <i>Vida Contemplativa</i> : enfraquecimento e perda de valor	44
2.2 Retórica em Aristóteles e o convencimento das massas	48
2.3 Filme Matrix e a relação com o mito da caverna de Platão conforme Marilena Chauí	50
CAPÍTULO III: A PRESENÇA DA FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO E A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	56
3.1 Desafios do ensino de Filosofia	56
3.2 A importância da Filosofia para os avanços democráticos	59
3.3 A proposta do projeto de ensino de intervenção na disciplina de Filosofia	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICE	72

INTRODUÇÃO

A presente dissertação surgiu da realidade vivenciada enquanto professor do Ensino Médio. Trata-se de uma reflexão sobre a prática de ensino de Filosofia, sendo uma pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional de Filosofia e realizada em parceria da Universidade Federal do Paraná e Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, no período de 2018-2020.

O primeiro espanto, enquanto professor de Filosofia, foi deparar com a total descrença da maioria dos alunos com a política e principalmente do regime democrático, problema observado no pensamento arendtiano no que tange ao desinteresse das pessoas com as questões públicas, motivada pela corrupção. Ao perguntar aos alunos, por exemplo, como eles definiam a política, o que se via de imediato eram as palavras: roubo, corrupção, quadrilha organizada, dentre tantos adjetivos negativistas.

O que mais causou estranhamento, durante as aulas de Filosofia, ao trazer para a sala de aula um momento de discussão sobre que tipo de candidato ou regime político seria mais adequado à “esperança” de uma política melhor, foi o apoio a regimes de viés autoritários de cunho “militar” e de discurso “ultraconservador”, os mesmos viam essa alternativa como se fosse a solução para se estabelecer a ordem e proporcionar avanço no país.

Com isso, foi observado que falta aos alunos, de um modo geral, conhecimento e, principalmente, reflexões sobre a política, sobre regimes totalitários, sobre participação ativa enquanto cidadãos, sobre as influências das mídias tendenciosas e avanços reais que a democracia proporcionou e que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida de todos.

O Agência Brasil¹, a partir de uma pesquisa do Ibope de 2016, divulgou a insatisfação dos brasileiros com a democracia no país. O levantamento apontou que 83% dos brasileiros estão pouco ou nada satisfeitos com o funcionamento do sistema político. O índice é o menor desde que o instituto iniciou a pesquisa em 2008, observando então um decréscimo no interesse e na credibilidade do sistema político perante a sociedade. O recorde anterior de insatisfação havia sido registrado pelo Ibope em 2015, quando 81% dos brasileiros declarou-se pouco ou nada satisfeitos com a democracia no Brasil, contra 15% que afirmaram estar satisfeitos ou muito satisfeitos. Para especialistas ouvidos pela Agência Brasil, o resultado da pesquisa mostra

¹ A Agência Brasil é uma agência pública de notícias criada em 1990. Os principais temas tratados são: política, economia, cidadania, direitos humanos, pesquisa, inovação, cultura, saúde, educação, esporte e internacional. Esses dados de pesquisa estão disponíveis no site da Agência Brasil: <http://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2016-04/insatisfa%C3%A7%C3%A3o-com-democracia-p%C3%B5e-em-xeque-sistema-pol%C3%ADtico-dizem-especialistas> .

a insatisfação da população com as instituições do Estado e o impacto dos casos de corrupção investigados, além de colocar o regime democrático em descrédito no país. Outro índice preocupante que cresceu é a concordância com a seguinte frase: “para as pessoas em geral, dá na mesma se um regime é democrático ou não”, que passou de 18% em 2014 para 34% em 2016.

Com base nos dados apresentados, acreditamos que a insatisfação dos jovens é um reflexo de uma sociedade pessimista com os rumos da política brasileira, que é fortemente influenciada pela mídia. Embora seja teoricamente acessível, possui recortes sociais e intelectuais diversos. Percebe-se que essa mídia acaba por definir o tipo e a fonte de informação onde cada grupo de indivíduos busca as informações que são de seu interesse com relação aos vários contextos de demanda de informações, distanciando-se assim, cada vez mais, da ciência política, da epistemologia, da ética, as questões da comunicação da informação (GOMEZ, 1995). É importante ressaltar que, frequentemente, o lado negativo e a pouca contribuição do regime político no qual o Brasil está inserido contribui para uma formação cidadã consistente.

Nessa perspectiva, acreditamos que o pensamento de Hannah Arendt é fundamental, pois, suas obras mostram o empenho e a profundidade em relação ao tema da Filosofia e política e a importância da juventude, para que se possa alcançar um futuro melhor. Desse modo, esta pesquisa justifica-se pela temática problematizada, tema hoje muito discutido de diversos modos, mas que não se esvazia, demandando fundamentos que embasem a discussão, as reflexões sobre os preconceitos sobre a política. Um projeto que discuta Filosofia e política no pensamento de Arendt que possibilite reflexões no Ensino Médio é de grande importância para a formação dos jovens enquanto cidadãos.

No capítulo I são apresentadas reflexões sobre a mídia e sua influência conforme Hannah Arendt e outros autores como Bruehl (1997), Duarte (2001), Fischer (2008), Bauman (2001), Sepúlveda (2015), Aguiar (2007) e Vicente (2012), além dos problemas ocasionados pela mídia e pelas propagandas na vida das pessoas e seus efeitos destrutivos e como um grande grupo de pessoas passam a defender uma forma de governo que destrói uma minoria a favor de um suposto bem maior. Ainda abordamos Gallo, que discute os desafios que são enfrentados na sala de aula como a formação do professor de Filosofia, prática de ensino e sua abordagem no livro didático sobre Arendt.

No capítulo II abordamos a relação existente entre o mito da caverna de Platão, o Filme Matrix e as *Fake News*. Observamos que são três problemas enfrentados ao longo da história: o mundo globalizado, as duas guerras mundiais e a manipulação das massas. O agravamento

dos conflitos decorrentes desses fatores agrava-se, necessitando do conhecimento filosófico para uma reflexão sobre os rumos que a humanidade tem tomado. O objetivo central foi subsidiar o desenvolvimento de uma proposta de projeto de intervenção em sala de aula que possibilitasse uma melhor compreensão dos alunos acerca do tema e a colaboração desses conceitos no desenvolvimento do pensamento crítico.

O capítulo III teve como objetivo apresentar uma proposta para o desenvolvimento de um projeto educacional de intervenção no ensino de Filosofia. Projeto a ser desenvolvido durante as aulas de Filosofia com as turmas de segundo e terceiro anos do Ensino Médio, com a intenção de desenvolver a compreensão dos conceitos de manipulação e autoritarismos que ainda estão presentes na sociedade. A metodologia refere-se a uma pesquisa bibliográfica de natureza básica, pois a ideia era aprofundar conceitos importantes para o melhor desenvolvimento das aulas de Filosofia, trabalhando com os alunos trechos da obra de Arendt que envolvem os governos autoritários e a propaganda. Além disso, a proposta explora o filme *Matrix*, trabalhando em sala de aula as ideias de um regime que manipula as pessoas. A proposta ainda apresenta atividades relativas ao desenvolvimento de uma apresentação, em forma de teatro, pelos alunos, do mito da caverna de Platão. A intenção era associar o passado da caverna com as cavernas tecnológicas atuais, levando os alunos/as a pensar e refletir sobre a situação vivenciada de isolamento, manipulação e massificação produzida, muitas vezes, pela mídia e propagandas, distanciando as pessoas de uma participação ativa na sociedade.

CAPITULO I: CONTEXTO HISTÓRICO DA VIDA DE HANNAH ARENDT E REFLEXÕES SOBRE A PROPAGANDA E A MÍDIA

1.1 Introdução à Propaganda Totalitária

Hannah Arendt (2000) escreveu que um dos elementos principais, sem o qual não seria possível efetivar um governo totalitário, seria a propaganda. A mesma não escreveu diretamente sobre as diversas mídias digitais, pois, infelizmente veio a falecer por volta da década de 70, não houve tempo de viver a época em que os computadores e as informações, a partir das tecnologias digitais, chegaram na maioria das casas. Porém, a sua reflexão sobre a propaganda totalitária tem os seus alcances nos dias atuais. Discursos de cunho totalitário crescem e necessitam de propagandas e da mídia, através das redes sociais, para conquistar o público.

Os movimentos totalitários que lutam pelo poder podem usar o terror somente até certo ponto e, como qualquer outro partido, necessitam granjear aderentes e parecer plausíveis aos olhos de um público que ainda não está rigorosamente isolado de todas as outras fontes de informação (ARENDR, 2000 p.390).

O curioso é que a propaganda, para quem já faz parte e é convicto num movimento, não se faz necessária. A publicidade e a propaganda totalitária são voltadas para os indivíduos que não se interessaram ou simpatizaram com a ideologia, mesmo para os que já fazem parte do partido, esses indivíduos devem ser conquistados. A mentira, a violência, fazem parte das estratégias por trás da propaganda.

Arendt (2000) afirma que o governo soviético dizia, através de suas propagandas, que o desemprego já não existia em seu país, o que, ao mesmo tempo, retirava todos os direitos dos desempregados. Hitler, por exemplo, mandou eliminar os intelectuais poloneses e espalhava, através da propaganda, que o povo polonês só servia para o trabalho pesado.

A propaganda também era endereçada ao mundo exterior, ou seja, a outros países, onde poderia ser adaptada conforme a realidade exterior. A ideia da propaganda não era simplesmente propagar e sim doutrinar todos que ainda não eram simpatizantes. Uma rede forte de mentiras era construída e as atrocidades acobertadas. Arendt (2000) diz que, em 1941, as câmaras de gás para a solução final já estavam construídas, porém, Hitler dizia que os judeus seriam enviados para outros países, como a África, a Austrália, dentre outros.

Em outras palavras, a propaganda é um instrumento do totalitarismo, possivelmente o mais importante, para enfrentar o mundo não totalitário, o terror, ao contrário, é a

própria essência da sua forma de governo. Sua existência não depende do número de pessoas que a infringem (ARENDR, 2000, p. 393).

No entanto, o que caracterizava a propaganda totalitária na visão de Arendt (2000) era o uso das insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras contra todos os que não davam ouvidos aos ensinamentos, seguida de assassinatos em massa, perpetrados igualmente contra os supostos culpados e os inocentes.

A propaganda comunista, por exemplo, ameaçava as pessoas com o risco de perderem o trem da história, de se atrasarem irremediavelmente em relação ao tempo, de esbanjarem a vida inutilmente. Os nazistas, de modo profético, já as ameaçavam com uma existência contrária à natureza e à vida e com uma misteriosa degeneração do sangue. Conforme Arendt, os que almejam alcançar o poder político, através de partidos totalitários, recorrem ao cientificismo, do mesmo modo das propagandas publicitárias utilizadas pelos produtos que pretendem ser vendidos às grandes massas, sobre isso ela afirma.

A forte ênfase que a propaganda totalitária dá a natureza “científica” das suas afirmações tem sido comparadas a certas técnicas publicitárias igualmente dirigidas às massas. De fato, os anúncios mostram o “cientificismo” com que um fabricante “comprova” - com os fatos, algarismos e o auxílio de um departamento de “pesquisa” - que o seu “sabonete é o melhor do mundo”. Também é verdade que há um certo elemento de violência nos imaginosos exageros; por trás da afirmação de que as mulheres que visam essa determinada marca de sabonete podem viver toda a vida espinhentas e solteironas, há um arrojado sonho monopolista, o sonho de que algum dia, o fabricante do “único sabonete que evita espinhas” tenha o poder de privar de maridos todas as mulheres que não a usem” (ARENDR, 2000, p.394).

A propaganda totalitária consegue conectar no imaginário das massas, produzindo ideias de que sem o partido totalitário não existirá futuro e que apoiar o regime é a única forma de sobrevivência. O nazismo e o stalinismo conseguiram compreender isso, que as massas não são conquistadas quando é dado o que elas querem, que, na verdade, é difícil definir os seus desejos, pois como se trata de pessoas isoladas e com diversos interesses, não funcionaria prometer cumprir os seus desejos, mas o ponto central é quando sua sobrevivência é colocada em risco, juntamente com a possibilidade de consumir.

Nas últimas eleições brasileiras, traçando um paralelo com a propaganda totalitária, a extrema direita cresceu nas eleições e conquistou importantes vitórias. Diversas notícias falsas foram espalhadas em milhares de grupos de *Whatsapp*, utilizando das mesmas estratégias empregadas nos Estados Unidos. As notícias denegriam as imagens dos outros candidatos e também diziam que as famílias estavam ameaçadas, as crianças nas escolas eram expostas a propostas de iniciação sexual e até mesmo as igrejas supostamente corriam riscos. O consumo,

preocupação constante das massas, que alcançaram uma condição melhor de vida, graças aos avanços democráticos, sentiram o temor de passarem necessidades ou que voltassem atrás na ascensão social.

1.2 Contexto histórico da vida e obra de Hannah Arendt

Hannah Arendt (2000), no prefácio das *Origens do totalitarismo*, observa a dificuldade de além de ter sobrevivido aos terrores da segunda guerra mundial e de ter refugiado em um país muito diferente da Alemanha natal, temer uma possível terceira guerra mundial. Algo que abalaria toda a tranquilidade do mundo e a política que, nessa altura, já não era vista como possibilidade de um bem comum, pois por atos políticos e decisões de líderes, na maioria escolhidos pelo povo, os maiores massacres e genocídios foram cometidos.

Sobre isso, Arendt afirma:

Duas guerras mundiais em uma geração, separadas por uma série ininterruptas de guerras locais e revoluções, seguidas de nenhum tratado de paz para os vencidos e de nenhuma trégua para os vencedores, levaram à antevisão de uma terceira guerra mundial entre as duas potências que ainda restavam. O momento de expectativa é como calma que sobrevém quando não há mais esperança. Já não ansiamos por uma eventual restauração da antiga ordem do mundo com todas as suas tradições, nem pela reintegração das massas, arremessadas aos caos produzido pela violência das guerras e revoluções e pela progressiva decadência do que sobrou. Nas mais diversas condições e nas circunstâncias mais diferentes, contemplamos apenas a evolução dos fenômenos – entre eles o que resulta no problema de refugiados, gente destituída de lar em número sem precedentes, gente desprovida de raízes em intensidade inaudita (ARENDR, 2000, p. 11).

Como Arendt (2000) diz, nunca o futuro foi tão incerto, os eventos da segunda guerra mundial produziram uma violência sem precedentes, milhões de mortos tanto nos campos de concentração e na guerra em si, quanto os refugiados sem lar, destituídos de suas casas e família, situação que foge de qualquer imaginação.

Em seus textos, nos quais fala especificamente da violência, a autora diz que o avanço técnico dos instrumentos da violência alcançou agora o ponto onde objetivo político algum poderia corresponder ao seu potencial de destruição ou justificar o seu emprego real em conflitos armados.

Desse modo, a guerra, árbitro definitivo e impiedoso nos conflitos internacionais, perdeu, segundo Arendt (2009), muito de sua eficácia e quase que todo o seu glamour, por assim dizer. O xadrez apocalíptico que se desenrola entre as superpotências, isto é, entre aquelas

que se movimentam nos níveis mais altos de nossa civilização, está sendo jogado de acordo com a regra “se qualquer um dos dois ‘vencer’, é o fim de ambos” (ARENDDT, 2009, p.4). Conforme ela é um jogo que não apresenta qualquer semelhança com quaisquer jogos anteriores. A sua meta racional é a dissuasão e não a vitória; e a corrida armamentista, não mais uma preparação para a guerra, somente se justifica agora argumentando-se que mais e mais dissuasão é a melhor garantia da paz. A pergunta central, ou melhor, a solução é de que como poderemos um dia desembaraçar-nos da óbvia insanidade dessa situação, porém não existe resposta. Sobre isso, Arendt diz:

A análise histórica e o pensamento político permitem crer, embora de modo indefinido e genérico, que a estrutura essencial de toda civilização atingiu o ponto de ruptura. Mesmo quando aparentemente melhor preservada, o que ocorre em certas partes do mundo, essa estrutura não autoriza antever a futura evolução do que resta do século XX, nem fornece explicações adequadas aos seus horrores (ARENDDT, 2000, p.11).

A obra de Arendt, em grande parte, é refletir sobre esses acontecimentos, que surgiram entre o temerário otimismo de um futuro melhor e os que já acreditam numa ruína final na qual a humanidade chegou a um certo ponto irreversível.

O fato importante que Arendt (2000) destaca é que o livro “As origens do totalitarismo” afirma que o progresso e a ruína são a face da mesma medalha, mas que ambas dependem da superstição e não da fé. Segundo Arendt, ele foi escrito com a convicção de serem descobertos os elementos que fundiriam a política e o espiritual em algo que os transformam como sendo inútil para a humanidade.

Arendt analisa os movimentos totalitários fugindo de qualquer tentativa de compreender a história como mera repetição. Afinal, o terror e o ódio ocorridos nesse período, são incomparáveis com qualquer momento da humanidade e que é preciso repensar sobre a dignidade humana que fora totalmente negada e aniquilada.

Conforme Bruehl (1997), a grande parte das histórias e análises sobre a Alemanha nazista publicadas nos quinze anos após o final da guerra foram escritas por cientistas sociais refugiados, que haviam começado a surgir antes da segunda guerra mundial. Entretanto, um livro, *As origens do Totalitarismo*², foi escrito por uma mulher com formação filosófica e totalmente desconhecida, fora de um pequeno círculo de emigrado na cidade de Nova York.

² Conforme May (1988), o livro, durante certo tempo, teve o título provisório de *Thee Pilars of Hell (Três pilares do Inferno)*: os dois primeiros “pilares”, que são os respectivos temas das seções, ou seja, o “Anti-Semitismo” e o “Imperialismo”.

Arendt ainda não havia escrito uma obra de fôlego nos campos da história ou da teoria política. Segundo Bruehl (1997), os elogios da crítica ao trabalho de Arendt foram enormes, a obra dela fora comparada a de Marx. Assim, nos 24 anos seguintes, Arendt conquistou, com seus vários ensaios e livros, renome internacional e um lugar entre os principais teóricos de sua geração.

Hannah Arendt, pensadora controvertida, uma solitária que se mantinha afastada de escolas acadêmicas, partidos políticos e linhas ideológicas, mas que, segundo Bruehl (1997), nesse período tinha uma audiência crescente. Os leitores especialistas no assunto e leigos aguardavam suas preciosas reflexões. Pareciam sentir o mesmo que Arendt diz (1968) no prefácio de sua coletânea dos homens em tempos sombrios:

Que mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação, e que tal iluminação pode bem provir, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta, bruxuleante e frequentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhes foi dado na Terra (ARENDR, 1968, p. 6).

Sobre isso, Bruehl (1997) afirma que a luz que sai das obras de um autor penetra diretamente no mundo e permanece após a sua morte. Se grande ou pequena a posteridade irá julgar a contribuição e, para sobreviver, é preciso encontrar novas formas de ser registrada e difundida.

Hannah Arendt, apesar de ser bem reservada com relação a sua participação política e defender o ambiente de privacidade, participou ativamente na política judaica em vários momentos. A mesma trabalhou para a Organização Sionista Alemã, foi secretária executiva da seção parisiense da Aliyah da Juventude, uma organização que ajudava jovens refugiados judeus a se prepararem para a vida da Palestina. Ainda segundo Bruehl (1997), ela escreveu uma coluna política para o jornal judaico-alemão *Aufbau*, de Nova York; e defendeu a campanha de Judah Magnes, em 1948, por um estado binacional na palestina. Quando formulou para si mesma a questão teórica “O que é a política?”, suas respostas fizeram ecoar anos de reflexão sobre o que a política judaica poderia ou deveria ser, importantes questionamento filosóficos.

Por volta dos anos 1950, Hannah Arendt estabeleceu novos parâmetros à análise e reflexão político-histórica com seu livro *As origens do totalitarismo* já citado. Alguns anos depois, seu editor, Piper, estimulou-a a escrever uma “Introdução à política”. Em abril de 1956, Arendt explicou sua concepção acerca desse projeto:

O que tenho em mente é uma discussão muitíssimo elementar da coisa toda... Não se trata de uma discussão do atual aparato de conceitos das ciências política – elite, partido, aparato de poder etc.-, mas sim uma introdução àquilo que a política é originalmente e com que condições fundamentais da existência humana a coisa política tem a ver (ARENDR, 2011, p.1).

Infelizmente, Arendt não pode concluir esse projeto devido a problemas do seu tempo que exigiam a sua pesquisa tais como a revolução húngara e o julgamento de Adolf Eichman. Mas, ainda assim, deixou alguns manuscritos que foram reunidos e transformados em um livro com o título: O que é a política, que apresenta questões profundas a serem respondidas como: “Tem a política algum sentido?” (ARENDR, 2011, p.38). As barbáries acontecidas no último século causaram esse questionamento e mostraram problemas graves em relação à democracia.

Os regimes totalitários expuseram duas fragilidades centrais dos regimes democráticos parlamentares: a crença de que o povo, na sua maioria, participa ativamente do governo e a de que as massas neutras e desarticuladas constituem apenas o silencioso pano de fundo para a vida política da nação.

A esse respeito, Duarte afirma que “a fim de escapar a essa armadilha e avaliar a natureza de suas críticas à democracia liberal e ao presente, convém prestar atenção a uma observação decisiva, contida já na sua análise do totalitarismo” (DUARTE, 2001, p.8).

A trágica descoberta desses pontos frágeis haveria de ressoar em sua crítica posterior às democracias parlamentares, as quais seriam preteridas pela autora em favor de novas formas de organização da coisa pública, que estimulassem maior interesse e garantissem a participação política por parte dos cidadãos. Problemas esses que começaram muito antes envolvendo a Filosofia e a política.

1.3 Reflexões sobre a propaganda e a mídia

Fischer (2005) discute resultados de pesquisas com grupos de jovens entre 15 e 25 anos sobre a sua experiência da mídia, abordando principalmente os modos pelos quais nossa cultura vem construindo a ação e a expressão da vida pública e da vida privada. A mesma afirma:

Faço uma análise tanto de produtos televisivos destinados a esse público, como do “texto” produzido nos debates com os grupos de recepção, a respeito de como se caracterizaria, hoje, para esses jovens, o “agir humano”, a vida em comum, as trocas e a convivência entre os “diferentes” (FISCHER, 2005, p.1).

A sua análise é baseada em conceitos como os de poder e subjetivação em Foucault, a

questão da sociedade individualizada em Bauman e a proposta de Hannah Arendt sobre o agir humano e a problemática do espaço público e privado. Entre os pontos observados por ela, destaca o publicizar da vida privada pelo ambiente virtual e a produção de formas de convivência social pelas diversas mídias. O objetivo é mostrar esses problemas aos jovens de escolas, universidades e discutir com os mesmos como enxergam essas situações que são influenciadas pela mídia.

Para mensurar os dados da pesquisa com os jovens, os mesmos foram reunidos em grupos de recepção para os debates e selecionadas algumas cenas ou partes de programas populares televisivos que estão presente na maioria das casas brasileiras como: *Malhação*, *O Big Brother*, *O programa do Ratinho*, a novela *Mulheres Apaixonadas* entre outras. Os debates foram filmados nos diversos espaços: na escola pública, na escola particular e na universidade com jovens do primeiro período de comunicação.

Temos como ponto de partida, segundo Hannah Arendt (2000), que o público, ou seja, o político – só pode ser pensado como ação, performativa, agonística, como acontecimento, como irrupção (FISCHER, p. 45, 2005), ou seja, como interrupção de todos os processos automatizados, totalizantes.

Entretanto, há vários problemas enfrentados na atualidade, entre eles como pensar o político. Nessa perspectiva, Arendt ilumina nossas atuais concepções e práticas de democracia, pluralidade, de vida em comum. Essas questões aparecem *pari passu* com a associação da política à corrupção, em universo onde a propaganda e o *marketing* político assumem um caráter de exposição contínua da privacidade dos governantes e dos candidatos a cargos públicos. Como pensar em práticas coletivas de existência se a ordem é a competitividade acirrada, generalizada, que, por sua vez, coloca no centro a disputa pelo corpo mais belo, mais jovem e mais “definido”? Como promover o olhar generoso sobre o outro, ouvir o outro, quando todo o investimento se faz no sentido de apresentar aquilo que é da ordem do público como um fardo indesejável? Problemas complexos do nosso cotidiano sem dúvida alguma.

Para Arendt, o terror dos regimes totalitários foi responsável por destruir a individualidade humana. A espontaneidade dos sujeitos individuais e dos grupos, enfim, a criativa ação humana, justamente por apostar no Grande Homem, numa espécie de coletivo que acaba por cingir a pluralidade, dissolvendo-a numa imensa massa informe, característica também dessa sociedade, batizada de sociedade da informação ou sociedade do conhecimento, a qual Bauman (2001) chama de sociedade individualizada.

Livres dos obstáculos físicos, em virtude das novas tecnologias de informação e

comunicação, muitos de nós, mas nem todos, podemos nos apropriar de um mundo fantástico de imagens, dados e sons. Temos um poder que não é deste mundo, como escreve Bauman, um poder desencarnado, que nos confere uma capacidade imensa de nos movermos e de atuarmos a distância.

Ao mesmo tempo, muitas pessoas – e são realmente muitas, quantitativamente, num país como o Brasil – acompanham literalmente à distância essa mesma possibilidade de liberdade de movimentos no reino do virtual, com uma perda que não podemos desconsiderar. Afirma Fischer: as localidades às quais essa grande maioria se vê confinada, justamente pela força da outra realidade maior, do mundo *on-line*, são realidades que gradativamente perdem força e vitalidade, passam a carecer de importância.

Tudo indica, segundo Fisher (2005), que a TV aberta continua a ser, ainda hoje, a grande fonte de lazer e informação para a maioria da população. Ela certamente oferece uma janela para o mundo, uma possibilidade de acesso a informações imediatas sobre acontecimentos de diferentes pontos do planeta. Ao mesmo tempo, porém, esse meio de comunicação ensina algo que muitos depoimentos dos grupos de jovens confirmaram: vidas privadas e intimidades invadem o cenário público da mídia não exatamente para que haja uma interação com os espectadores, o que ocorre é uma individualização ainda maior, ou seja, os indivíduos estão consumindo no privado algo que acontece no coletivo, mas que na verdade individualizam ainda mais, pois mais tempo ficam na frente de uma televisão ou outros meios tecnológicos, o público e o espaço com outro vai perdendo o valor.

Os jovens participantes da pesquisa observam que se tenta reproduzir e aproximar da realidade, mas ao mesmo tempo são reforçados modos ideais de ser, de vestir, de andar, de falar, ideais de beleza distantes da maioria, que infelizmente distancia os diferentes e produz mais preconceitos. Fischer (2005) conclui que é de suma importância levar esses debates as escolas e conscientizar os jovens sobre a influência da mídia e a produção da massa e o desinteresse cada vez maior por interesses públicos e políticos.

Sepúlveda (2015), em seu artigo intitulado: *A banalidade do mal: o excesso da violência na mídia*, discute a respeito dos acontecimentos ocorridos na segunda guerra mundial, como o massacre de mais de 6 milhões de judeus e o julgamento do principal responsável pelas câmaras de extermínio nos campos de concentrações nazistas, o general Adolf Eichmann. Para o desenvolvimento do seu trabalho a mesma recorre ao conceito da banalidade do mal desenvolvida por Hannah Arendt. Ao observar o julgamento, Arendt registra como a eliminação das pessoas tidas como indesejáveis foi tratada como algo totalmente natural, o mesmo que

pagar uma conta no banco. Eichmann afirmava que estava apenas cumprindo ordens, servindo a sua pátria, não havia nele nenhuma capacidade de reflexão.

Sepúlveda (2015) relata uma morte por espancamento, cinquenta anos depois, de uma senhora de 33 anos acusada de rituais de magia negra com crianças. Ela foi morta após a divulgação pela mídia de um retrato falado, no qual a mesma fora confundida por moradores da região do Guarujá, litoral de São Paulo. Durante a sua execução, os responsáveis ainda filmaram a barbárie cometida. Depois de provada a inocência da senhora, os moradores defenderam-se dizendo que ninguém poderia ser acusado pela sua morte e que o linchamento foi algo normal.

Sepúlveda (2015) discute sobre essa falta de sensibilidade e aumento da violência entre os seres humanos, algo que se tornou banal e diariamente noticiado pela mídia, e será que isso possui influência sobre o crescimento da violência? A resposta é sim. A mesma chega a esse resultado a partir de estudos de vários pesquisadores como: George Gerbner, Rowell Huesmann, Nancy Cardia, Eugênio Bucci, entre outros que observaram em suas pesquisas o problema da exposição da violência da mídia e a sua influência na reprodução no cotidiano. O resultado disso seria a perda da ação política e do senso comum, sendo que as pessoas recorrem a mídia para suprir as ausências: de ideias de justiça, indenizações e atenções, dentre outras coisas que as instituições não garantem.

Em uma conferência, em 1954, com publicação após a sua morte com título de “Filosofia e Política”, Arendt (2011) afirma que o abismo entre Filosofia e política se abriu historicamente com o julgamento e condenação de Sócrates. A tradição do pensamento político ocidental iniciou-se quando a morte de Sócrates fez Platão desencantar-se com a vida da *pólis* e, ao mesmo tempo, duvidar de certos princípios fundamentais dos ensinamentos socráticos. Com base nisso, Duarte (2001) afirma:

A figura socrática que emerge no curso de suas análises mostra-se irredutível ao perfil que dele traçaram a Filosofia de Platão, Hegel ou Nietzsche, pois Arendt recria a sua figura histórica centrando-se na *Apologia*, em que Sócrates afirma sua importância e interesse para os assuntos da *Polis* democrática, distinguindo-o, assim, do Sócrates platônico, considerado como ventríloquo das ideias antidemocráticas e das doutrinas filosóficas do próprio Platão (DUARTE, 2001 p.162).

Platão teria considerado a pluralidade como que inoportuna porque prejudicava a solidão preferida pelo filósofo. A diversidade responde pelas opiniões (e não pela verdade) e torna um dependente dos outros. Este preconceito de Platão contra a pluralidade pesou na Filosofia política ocidental. Quem procurar as raízes do filosofar político orientado na

pluralidade, também fará referência aos filósofos antes de Platão.

A tese defendida por Duarte (2001) destaca esse problema surgido desde o caso de Sócrates e a interpretação de Platão negativa em relação à democracia. Tal posição produziu um pensamento ocidental com ideias antidemocráticas. Nessa trilha, Duarte recorre à Arendt para desconstruir essa visão e esclarecer as verdadeiras intenções de Sócrates, sobre a grande importância de se participar ativamente da vida política de suas decisões, para a construção de uma comunidade mais justa e igualitária.

O professor Odílio Alves Aguiar, escrevendo um artigo sobre a propaganda totalitária e a comunicação de massas, destaca que ainda ressoa nas democracias atuais ideias introduzidas a partir da propaganda totalitária, o mesmo afirma:

Penso que a mudança introduzida na comunicação política pelos regimes totalitários é uma dessas heranças que vieram para complicar a vida dos regimes democráticos. Ao perceber a novidade e os malefícios provenientes da centralidade da propaganda como forma de comunicação política, Arendt, nesse ponto, antecipou o juízo emitido por Umberto Eco em entrevista recente, segundo o qual a Filosofia Política foi substituída pela Semiótica, ou seja, a palavra, forma dialogal por que os homens se comunicam, foi substituída pela imagem e sua forma unilateral na comunicação de massa (AGUIAR, 2007, p. 7).

Aguiar diz que está presente no pensamento de Arendt a ideia que a esfera pública alimenta-se da veracidade que tem as informações, da livre opinião, porém, a presença da propaganda altera e mina as bases desses institutos constituidores da política. A propaganda possui assim o efeito de atrair a admiração das massas ou de produzir o ódio ou repulsa das mesmas.

Mas o que Arendt compreende por propaganda? E de onde originou esse problema em relação ao totalitarismo? O curioso é que a propaganda foi importada pelos regimes totalitários da publicidade produzida nos Estados Unidos. Os EUA foram os principais influenciadores do Ocidente na publicidade e venda de produtos. A propaganda totalitária não foi algo original. A mesma existia se tomarmos como base a influência da propaganda e a força de convencimento americano na dos seus produtos.

Arendt diz: “os nazistas aprenderam tanto com as organizações dos gângsteres americanos quanto a sua propaganda aprendeu com a publicidade comercial americana” (Arendt 2000, p.394). O novo foi à descoberta da sociabilidade contemporânea como uma sociabilidade das massas como afirma Aguiar. A sociedade de massa é a semente que germinou até constituir a base do regime totalitário, surgida durante a revolução industrial, influenciada pela psicologia behaviorista de produção de indivíduos que seguem um padrão e um tipo de

repetição que visa moldar o indivíduo a partir de estímulos e repostas, produzindo um comportamento desejável. No modelo educacional, observamos a mesma ideia de produzir indivíduos dóceis, manipuláveis e preferencialmente defensores do sistema.

A Publicidade em si não tem a intenção de produzir opinião nos indivíduos, mas provocar um comportamento que levará a comprar esse produto, seja com base na ciência, na notoriedade do produto ou a sua beleza. A ideia é vender a todo custo o produto. A sociedade de massa conforme Arendt tem o labor, o consumo como o principal estilo de vida, ela precisa adquirir, comprar determinado produto para alcançar a felicidade, para mostrar para si própria que atingiu o sucesso, que venceu. A propaganda totalitária percebe isso, essa necessidade de consumo não só no aspecto material da vida, mas que relaciona também com a política.

Conceito fundamental para compreendermos o sucesso da propaganda totalitária é a introdução da ficção, a produção de uma verdade, que se analisada na sua estrutura realmente corresponderia a uma lógica de verdade, porém totalmente fictícia, com base nisso Aguiar diz:

A ficção é o húmus do qual se alimenta toda e qualquer propaganda. No caso do nazismo, a ficção ideológica, pautada no antissemitismo, deu o formato da sociedade alemã na época. A ficção toma o lugar da veracidade como forma de asseverar e estabilizar as relações entre os homens (AGUIAR, 2007, p. 9).

A ficção produzida pela propaganda alimenta e mantém a ideologia de um regime como o nazismo, pois as massas estão apenas preocupadas com a vida biológica e a sua manutenção. Nesse ponto, qualquer possível ameaça à vida e ao consumo é fato a ser combatido e erradicado.

As medidas coercitivas são fundamentais para manipulação das massas. E essa coerção não se circunscreve apenas na violência física, mas ela está relacionada aos aspectos religiosos, científicos, nos preconceitos sociais e na mentira.

Conforme Arendt, o sucesso da propaganda no totalitarismo e nas sociedades de massas contemporâneas reside justamente no controle do real que ele promete e na onipotência humana a ele subjacente. Seduz a massa, o modo como esse tipo de regime elimina a imprevisibilidade humana.

A preocupação principal das massas é com a vitória, e ficção desse regime produz isso, a possível invencibilidade do líder totalitário atrai fortemente as massas, para as quais não importa de como é alcançada a vitória, mas o que eles querem é a vitória em si. Sobre isso, Arendt diz:

Pois as massas, em contrastes com as classes, desejam a vitória e o sucesso em si mesmos, em sua forma mais abstrata; não os unem quaisquer interesses coletivos especiais que considerem essenciais à sua sobrevivência como um grupo e pelos quais,

portanto, poderiam lutar contra a adversidade (Arendt, 1990, p.400).

A vitória a todo custo, a falta de empatia, a vitória pela vitória, ou seja, a barbárie nesse contexto é totalmente aceitável por um ideal que aos poucos é produzido através da publicidade e dos interesses de um pequeno grupo que manipula os demais a favor de uma supremacia de um projeto de poder.

1.4 Antissemitismo e corresponsabilidade dos judeus pelo holocausto

Para se levar uma discussão sobre consciência política para uma sala de aula do Ensino Médio, onde os jovens estão iniciando a tomada de decisão sobre a escolha de seus representantes, é fundamental a compreensão dos efeitos da participação, ou não, nesse processo, por isso iniciaremos por entender esse problema ocasionado no antissemitismo e a importância da corresponsabilidade.

Arendt, no verão de 1950, escrevera o prefácio da primeira edição de *As origens do totalitarismo*, explanando, de forma bem clara, a partir de sua escrita, as angústias e as incertezas do fim de uma guerra e o temor constante de uma terceira guerra mundial, sem falar nas milhares de pessoas apátridas³ com seus lares destruídos e entes queridos mortos. Surgia uma divisão na forma de pensar, presente ainda nos dias atuais, que é, de um lado, aqueles que acreditam que a política irá conseguir juntar as massas em prol de algo comum, a onipotência humana é possível e, de outro lado, os que estão totalmente céticos com o futuro e não acreditam em perspectiva de melhora qualquer em relação aos poderes instituídos e a política.

Segundo Manzato (2007), um dos aspectos importantes e marcantes para o mundo político foi a interrupção precoce da trajetória de Hannah Arendt para o mundo acadêmico, em especial, para a Filosofia, que praticamente já estava definida, se não fosse a onda de antissemitismo que invadira a Alemanha e a adesão de colegas e professores seus, em especial, podemos citar Heidegger.

Arendt escreve em “*O Antissemitismo como ofensa ao bom senso*” (ARENDR, 2000, p.23) um dos capítulos da obra *Origens do totalitarismo*, no qual fala a respeito de como a não participação política de um grupo pode ser extremamente perigoso, aliada ainda à propaganda e à disseminação do ódio, mesmo quando uma parcela da população judia ainda possuía uma

³Apátrida é o indivíduo que não é considerado nacional de nenhum Estado, ou seja, não possui legalmente uma nacionalidade, uma pátria, fato que aconteceu com milhões de pessoas fugindo da perseguição durante os massacres da segunda guerra mundial.

riqueza considerável, aquilo contribuiu até chegar ao limite da instauração do terror total do holocausto⁴. Sobre isso, VICENTE afirma:

Nesse caso também, alerta Hannah Arendt, é preciso desconfiar das ideias preconcebidas: não é a sociedade que segrega progressivamente os judeus; eles mesmos, desde o fim do século XVI, afastam-se dos grupos sociais e rejeitam a integração em nome de uma eleição superior e mítica do povo judeu. E quando, no século XIX, os primeiros partidos antissemitas denunciam uma pseudo-sociedade secreta judia que desejaria tomar o poder, já é tarde demais (VICENTE, 2012, p. 4)

Sobre o problema da propaganda, Arendt afirma que os nazistas não eram apenas nacionalistas. A propaganda nazista era dirigida aos simpatizantes e não aos membros que já possuíam convicção do seu partido. O objetivo era atingir “as massas”, como aconteceu na união soviética. Assim, tanto o nazismo como o bolchevismo possuíam intenções além do estado-nação, buscavam um crescimento internacional e, se observarmos, até hoje existem em todo mundo inclinações às ideias nazistas que são direcionadas às massas e aos seus preconceitos radicais.

Arendt diz que devemos observar algumas questões e não apenas uma única como causa do crescimento do antissemitismo, como é o caso do declínio do estado-nação, mas que existem também regras gerais que são úteis. No caso de Tocqueville, em “*l’Ancien Régime et la Révolution*” (livro II, capítulo I), deparamos com isso, “a principal delas é a definição dos motivos do violento ódio das massas francesas contra a aristocracia no início da Revolução” (apud ARENDT, 2000 p.24). Nesse contexto, tratado por Tocqueville, o povo francês passou a odiar as aristocratas no momento em que perderam esses privilégios, e o privilégio de oprimir e explorar o povo foram descobertos como parasitas, sem finalidade real na condução do país, ou seja, nem a constante exploração e opressão causaram o ressentimento. Por outro lado, a riqueza sem função palpável é extremamente intolerável, pois, foge da compreensão e da forma de aceitá-la.

O antissemitismo alcançou o seu apogeu, do mesmo modo, quando os judeus foram perdendo as suas funções públicas e a sua influência, restando apenas suas riquezas. Quando Hitler assumiu o poder, os judeus que estavam nos bancos, ocupando posições de comando há mais de cem anos, perdem esse espaço que já era pouco. “Por serem ricos e praticamente

⁴ Holocausto é o nome que se dá para o genocídio cometido pelos nazistas ao longo da Segunda Guerra Mundial e que vitimou aproximadamente seis milhões de pessoas entre judeus, ciganos, homossexuais, testemunhas de Jeová, deficientes físicos e mentais, opositores políticos etc. De toda forma, o grupo mais foi vitimado no Holocausto foi o dos judeus. Estes, por sua vez, preferem referir-se a esse genocídio como *Shoah*, que em hebraico significa “catástrofe” (BRASIL ESCOLA).

desinteressados em poder político e mantendo íntima relação com as fontes do poder do Estado financiando-o em épocas de crises, os judeus eram invariavelmente identificados com o próprio poder” (VICENTE, 2012, p.2).

A perseguição de grupos impotentes não acontece apenas por vontade humana de querer ser melhor ou de estar por cima, mas considerando que é inconcebível uma riqueza sem poder, sem exercer atividade política, passam a ser considerados como parasitas, desaparecendo os últimos laços de ligação humana. Até mesmo os explorados passam a enxergar a falta de interesse dos exploradores e isso acaba por aumentar o ódio de forma generalizada (ARENDR, 2000, p. 25).

Na visão de Arendt, é fundamental compreendermos essa definição para não cometermos o erro de achar que a perca e a revolta são simplesmente pelo abuso de poder, como poderia ser pensado na revolução francesa com os aristocratas e os judeus em um aparente bom senso. O que acontece, na verdade, é justamente a perca de poder ou enfraquecimento dessa relação.

O bode expiatório é outro problema que tem que ser observado para não limitarmos ao grupo a total inocência pelo massacre, como o foi o caso dos Judeus. “O fato de ter sido ou estar sendo vítima da injustiça e da crueldade não elimina sua corresponsabilidade” (ARENDR, 2000, p.26). Arendt afirma que em pouco tempo a mera formulação do bode expiatório já era o bastante para abandoná-la, no entanto, com o surgimento do terror como importante arma dos governos aumentou-lhe a credibilidade.

A característica das tiranias atuais está, conforme a estudiosa, no uso do terror, não como no passado quando se o usava como meio de extermínio e amedrontamento dos oponentes, mas o ponto forte é exatamente o controle, como instrumento para governar as massas perfeitamente obedientes. O terror, nesse aspecto, ataca as vítimas de modo aleatório, como foi o caso da Alemanha nazista, pois suas vítimas eram inocentes, inclusive no viés do perseguidor.

A ideia do bode expiatório é o melhor alibi para justificar as atrocidades acontecidas com os judeus. Se é fato que há mais de 2 mil anos a humanidade tem matado os judeus, então isso foi algo visto como uma ocupação normal e, por que não, humana, sendo esse ódio justificado, sem necessitar de argumentos, por mais absurda que essa ideia pareça, ela era tomada por muitos, até mesmo pelos atingidos:

O aspecto mais surpreendente dessa premissa é o fato de haver sido adotada por muitos historiadores imparciais e até por um elevado número de judeus. Essa estranha

coincidência torna a teoria perigosa e desconcertante. Em ambos os casos, seu escapismo é evidente: como os antissemitas desejam fugir à responsabilidade dos seus feitos, também os judeus, atacados e na defensiva, ainda mais naturalmente recusam sob qualquer circunstância, discutir sua parcela de responsabilidade. Contudo, as tendências escapistas baseiam-se em motivos mais importantes e menos racionais (ARENDR, 2000, p. 27).

O que parece é que os antissemitas estavam tentando justificar os seus atos com base em uma tradição e, de certa maneira, também os judeus acreditavam nessa perspectiva religiosa, que atos como esses deixam o povo mais unido, garantindo a existência judaica como os eternos perseguidos.

Os judeus acabaram por confundir o moderno antissemitismo com antigo ódio religioso antijudaico (ARENDR, 2000, p.27). Eles acreditavam que a crise no cristianismo poderia estar relacionada com essa perseguição e viam como um retrocesso a volta da Idade Média, porém, o que os esperavam era ainda mais terrível do que pensavam. A partir dessa ideia errônea de volta ao passado, o fato é que Arendt afirma que, ao longo dos dois mil anos de sua história, o povo judeu não se envolveu politicamente e, apesar de terem assumido diversos papéis em outras nações ao longo dos tempos, mesmo assim a responsabilidade não fora assumida em nenhum dos eventos.

Outro problema após fim da segunda guerra mundial que quase erradicou os judeus da Europa, é causado por essa justificativa do eterno ódio aos judeus, pois essa simplória resposta poderia ser aceita e, infelizmente, os judeus aceitaram esse motivo, negando a própria possibilidade de ação humana. Para os assassinos, eles estavam simplesmente cumprindo ordens superiores e servindo a uma causa maior que não demandava nenhum aspecto de reflexão.

1.5 A modernidade e o esquecimento da política

A originalidade da perspectiva teórica arendtiana revela-se claramente em suas críticas às difíceis condições que a modernidade e o mundo contemporâneo reservaram para o exercício da política em suas determinações democráticas essenciais.

Para Arendt, o traço marcante da modernidade é o esquecimento da política, seja em função do crescente emprego dos meios tecnológicos da violência, aspecto em relação ao qual os totalitarismos de esquerda e de direita constituem instâncias limite, seja por causa da transformação estrutural da esfera pública em mero espaço de trocas econômicas de uma

sociedade de operários e consumidores, caracterização que a autora julgara pertinente tanto para as modernas sociedades capitalistas e democráticas, quanto para os diferentes modelos do socialismo existente.

Arendt elabora uma crítica da modernidade marcada pela desconfiança em relação ao marxismo e ao liberalismo político, buscando suas fontes de inspiração nas avaliações propostas por Nietzsche e Heidegger. Como a política jamais esteve no centro das preocupações filosóficas destes autores, é possível concluir que Hannah Arendt não se limitou à mera repetição do já pensado por eles, mas, em sua apropriação das críticas de Heidegger e de Nietzsche à respeito da modernidade, logrou também pensar algo novo, ultrapassando assim as limitações de suas Filosofias no que diz respeito à compreensão das determinações essencialmente democráticas do político.

Apesar da tonalidade sombria e pessimista que marca o diagnóstico arendtiano a respeito da modernidade, em cujo centro encontram-se suas análises críticas do fenômeno totalitário e das sociedades de consumo de massa, a autora jamais abandonou a tarefa de pensar e repensar a política, na obra intitulada *Da Revolução*, a mesma deixa bem claro:

Os homens são equipados para a tarefa fundamentalmente lógica de construir um novo começo por serem eles próprios, novos começos, e portanto, inovadores, e de que a própria capacidade de iniciação está contida na natalidade, no fato de que os seres humanos aparecem no mundo em virtude do nascimento (ARENDR, 1990, p. 169).

Ela concentrou sua atenção nos fenômenos revolucionários modernos e contemporâneos, nos quais vislumbrou uma possível superação das catástrofes do nosso presente, a despeito de tais eventos políticos terem sido sufocados antes mesmo que pudessem cumprir a instituição de uma política centrada na ação livre e concertada de uma pluralidade de agentes.

Nos eventos revolucionários modernos, que vêm se repetindo desde o final do século XVIII até o presente, Hannah Arendt enxergou uma instância privilegiada de repetição da política em suas determinações democráticas originárias, greco-romanas. Tais manifestações políticas modernas se encontram aquém da hiper politização totalitária e além da despolitização liberal, pois transcendem aquelas formas de organização da coisa pública nas quais a política sucumbe à violência terrorista sancionada pelo Estado ou fica quase que estagnado em meio à rotina da administração dos interesses privados.

A autora refere-se a um tipo de corpo político oriundo do contexto da modernidade de onde emergiu no século XVIII a experiência revolucionária em suas vertentes Francesa e Norte-

Americana. É em meio a tudo isso que o aparecimento dos conselhos é assinalado como órgãos tanto de ordenamento, quanto de ação. Diferentemente de partidos e assembleias centralizadoras, os conselhos eram órgãos de ação direta. Sobre isso, Hannah Arendt diz:

É bem verdade que os membros dos conselhos não se contentavam em travar debates e manterem-se “esclarecidos” a respeito das medidas tomadas por partidos e assembleias; eles, conscientes e explicitamente, almejavam a participação direta de todos os cidadãos nos assuntos públicos do país, e, enquanto existiram, não há dúvida de que “todo indivíduo encontrou neles sua própria esfera de ação e pôde constatar, como que com seus próprios olhos, sua contribuição pessoal aos acontecimentos do dia” (ARENDR, 1990, p. 210)

O que destaca a experiência dos conselhos enquanto novidade na História Política do Ocidente é a possibilidade que eles oferecem de garantir aos indivíduos que deles participam a atuação direta no encaminhamento dos negócios públicos.

A partir daí, o que se tem em vista é que a experiência dos conselhos fornece o surgimento de um novo corpo político que se configura trazendo consigo a participação direta dos cidadãos. Podemos destacar essa novidade apoiada na participação política direta dos cidadãos nos negócios públicos, porque o sistema pautado em instituições como o parlamento e os partidos políticos não possibilitam essa ação direta dos cidadãos na esfera dos assuntos públicos.

1.6 O pensamento de Silvio Gallo sobre o ensino de Filosofia e as reflexões de Hannah Arendt sobre o pensar político

O presente tópico surgiu a partir das aulas ministradas pelo professor Dr. Péricles Pereira de Souza, o qual nos apresentou a obra do professor Sílvio Gallo intitulada de *Metodologia do Ensino de Filosofia* como o principal norte das discussões sobre o desafio do ensino de Filosofia e que é o próprio desafio do mestrado profissional em Filosofia, apesar da obra não tratar diretamente do pensamento de Arendt, as ressonâncias são possíveis.

Na obra de Gallo (2012) observa-se que o mesmo passou por uma dificuldade semelhante à nossa formação enquanto professor de Filosofia no Ensino Básico e que este é um problema geral no Brasil na formação docente, pois se formam professores mais como pesquisadores do que profissionais aptos a enfrentar a sala de aula. Isso o levou a voltar sua atenção para o ensino de Filosofia:

Meu envolvimento com o ensino de Filosofia foi se construindo ao longo de minha

trajetória profissional. Tendo atuado como professor de Filosofia no ensino médio e sentido o total despreparo para isso, apesar de ter cursado uma licenciatura na área (na Puc-Campinas), o problema do ensino de Filosofia começou a constituir, para mim, um problema filosófico (Gallo, p.11, 2012).

Do mesmo modo, Gallo (2012) teve na sua formação uma disciplina de didática geral, sem relação nenhuma com a Filosofia. A nossa formação passou pela mesma dificuldade, o que, de modo geral, gerou, na maioria de nós, uma negação e insatisfação em relação às disciplinas de cunho pedagógico.

Problema esse que os mestrandos do Programa de Pós Graduação em Filosofia estão enfrentando ao elaborar um projeto de dissertação teórico-prático, envolvendo o ensino de Filosofia, que se propõe a associar a teoria filosófica da academia científica às possibilidades e necessidades cotidianas da sala de aula.

Neste caso, o trabalho envolve o ensino de Filosofia com o pensamento de Hannah Arendt sobre o desinteresse da maioria das pessoas e principalmente dos jovens (nosso público alvo do Ensino Médio) em relação à participação política de modo ativo. O ensino de Filosofia, de algum modo, pode contribuir para que o pensamento ocorra e que o novo e a esperança de um futuro melhor de indivíduos atuantes em suas comunidades possam acontecer, apesar de todas as coisas corroborarem para que isso não aconteça, através de dificuldades das mais variadas formas, desde o acesso às informações até a manipulação da massa através da mídia sensacionalista e escândalos de corrupção que afastam a maioria de lidar com a participação política.

Duarte (2001) discute, com base nas obras de Hannah Arendt, as origens do desencantamento público do ocidente, de um modo geral, com as questões de interesse comum, levantados e alicerçados pela democracia que ela defende.

Desse modo, observamos que há um problema filosófico que é preciso ser discutido. E o campo da educação é favorável para que esses encontros aconteçam, pois no dizer de Arendt sobre as novas gerações:

A natalidade diz respeito ao novo que irrompe no velho. Cada criança que nasce é uma novidade: vem ao mundo alguém que é diferente de todos que viveram antes dele e dos que convivem com ele. A singularidade de cada ser humano faz com que a todo nascimento surja algo totalmente novo e, potencialmente, capaz de realizar algo inédito (ARENDR, 2010, p. 219).

Observamos que existe esperança em relação às novas gerações e a Filosofia surge como “uma forma de resistir a essa aceleração, a essa fluidez, a essa falta de tempo para o conceito” (Gallo, 2012, p.23). Sílvia atenta para o fato de que nossos tempos hipermodernos,

tomando o conceito de Gilles Lipovestky, são os tempos da opinião generalizada, o chamado bom-senso, citado por Descartes, no qual entra o problema nosso da democracia moderna a da “democratização da palavra na e pela opinião” (Gallo, 2012, p. 24).

A Filosofia e a opinião não se dão bem, mas, porque qual motivo a opinião é tão atrativa? Por que agarramos a ela com tal facilidade e com tamanha força? Quem responde a esses questionamentos são Gilles Deleuze e Félix Guattari, afirmando que apoiamos na opinião como medo do caos. Segundo eles, a dificuldade do pensamento, o tempo necessário para seu exercício e as ideias acabam escapando e aproximam-nos do caos. Isso acaba causando pânico e a opinião parece nos proporcionar uma fuga, mas, infelizmente, não é de modo algum “a desgraça dos homens” (Gallo, 2012, p. 24).

Não tem como vencer o caos, mas é possível conviver com ele, tirando dele mesmo a potencialidade de pensamento e praticar a Filosofia e ensinar o exercício filosófico é, conforme Gallo (2012), uma segunda resistência contra a opinião, que parece pôr ordem no mundo, mas acaba produzindo indivíduos cada vez mais alienados a qualquer problema que envolve o pensar. Essa questão em relação à incapacidade de pensar ou refletir também é tratada por Arendt e umas das coisas que a mais preocupou foi o desaparecimento, iniciado na modernidade, da política.

Desde sua primeira grande obra, *As Origens do Totalitarismo*, Arendt descobrira que a política estava em vias de desaparecer no mundo contemporâneo. Uma conclusão bastante plausível para uma pensadora que constituiu as bases de sua reflexão política na tentativa de compreender o totalitarismo. Os resultados de sua análise são célebres e conhecidos, podendo ser resumidos nos seguintes termos: o totalitarismo constituiu uma forma de dominação sem precedentes históricos.

Em sua investigação, Arendt demonstrou que, sob condições totalitárias, a política se vê transformada em um complexo sistema de disseminação da violência e do terror sob a égide do partido único, e, especialmente, de sua polícia secreta, instituição que se torna o verdadeiro ramo executivo do governo, estando inteiramente sujeita à vontade do Líder. Este decide sobre quais categorias sociais incidirão os conceitos de inimigo objetivo ou de socialmente indesejável, tipologias que designam aqueles cuja mera existência implica discordância para com a ideologia totalitária, merecendo ser sistematicamente exterminados, independentemente do que quer que pensem, falem ou façam. No prefácio de “*A vida do espírito*” fica claro o problema surgido pelas ideologias desses movimentos totalitários:

Em seu exame do funcionamento das sociedades totalitárias, um papel considerável é

a atribuído às ideologias⁵, consideradas como substitutos perversos do pensamento. As ideologias suspendem toda abertura para o ser, característica da atividade de pensar, que sempre se inicia pelo espanto (*o thaúma* dos gregos), e a substituem pela afirmação de princípios explicativos totais, a raça ou a luta de classes, que se desdobram movidos pela força implacável do raciocínio lógico (ARENDDT, 2002, p. 14).

A arbitrariedade com que se escolhem e se punem os que são considerados inimigos do regime totalitário abole radicalmente a liberdade humana como nenhuma tirania fora capaz antes. Nas tiranias, ainda era necessário ser pelo menos um inimigo presumido do regime para ser punido por ele, ao passo em que no totalitarismo o inocente e o culpado são igualmente indesejáveis (DUARTE, 2001, p.5).

Com o advento do totalitarismo, a própria alternativa de classificação das formas de governo deixou de ser aquela entre governos regidos pela lei e governos ilegais, fundindo-se aí arbitrariedade e legalidade: enquanto instrumento direto da aplicação da lei pela violência e pelo terror, a polícia secreta é a própria lei.

Em outros termos, essa forma de dominação sem precedentes não deixa de pautar sua ação pelas leis que promulga, isto é, não governa para além dos limites da lei, mesmo se elas são descumpridas com frequência. Mais importante do que a fragilidade e maleabilidade dos estatutos legais instituídos pelo regime é o fato de que o totalitarismo altera radicalmente o próprio conceito de lei, ao compreendê-la em termos das leis da Natureza ou da História prescritas pela ideologia.

As leis positivas deixam de constituir restrições e proibições de certas condutas particulares para tornarem-se instrumento de transformação e criação da realidade, de acordo com a interpretação da ideologia pelo líder totalitário. O terror aplicado pela polícia secreta nos campos de concentração nada mais é do que o resultado da aplicação imediata, no corpo dos indivíduos, das leis ideológicas fundamentais: O terror é a legalidade quando a lei é a lei do movimento de alguma força sobre-humana, seja a Natureza ou a História.

Entretanto, o aspecto mais importante para o desenvolvimento da presente discussão diz respeito à investigação arendtiana dos elementos sociais e históricos que pressagiaram o

⁵ Em relação às ideologias surgidas das propagandas totalitárias Arendt menciona que a eficácia desse tipo de propaganda evidencia uma das principais características das massas modernas, ou seja, não acreditam em nada visível, nem na realidade da sua própria experiência; não confiam em seus olhos e ouvidos, mas apenas na sua imaginação, que pode ser seduzida por qualquer coisa ao mesmo tempo universal e congruente em si. O que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam fatos inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte. O que as massas recusam a compreender é a fortuidade de que a realidade é feita. Predispõem-se a todas as ideologias porque esta explicam os fatos como simples exemplos de leis e ignoram as coincidências, inventando uma onipotência que a tudo atinge e supostamente está na origem de todo acaso. A propaganda totalitária prospera nesse clima de fuga da realidade para a ficção, da coincidência para a coerência.

processo de formação e desenvolvimento dos regimes totalitários.

Nos volumes sobre o “antisemitismo” e o “imperialismo”, Arendt discutiu a decadência e o esfacelamento do estado-nação e do seu princípio básico, o da igualdade de todos diante das leis, em meio às terríveis condições sociais geradas pela Primeira Guerra Mundial.

Tais análises demonstraram o “vazio” institucional criado com a desestabilização da estrutura de classes sociais vigentes até então e com a destruição do próprio sistema político que as amalgamava, fatores que contribuíram para a crescente superfluidade dos seres humanos em um quadro social de desemprego generalizado, inflação descontrolada, destruição tecnológica e vasto deslocamento geográfico de populações inteiras.

Foi nesse contexto dramático que milhões de pessoas viram-se privadas de um lugar próprio no mundo, de uma função social que lhes permitisse manter a dignidade e, por fim, da própria cidadania, isto é, do “direito a ter direitos”, visto que se encontraram desprovidas de um Estado que lhes definisse um estatuto legal e lhes protegesse.

As minorias de apátridas e refugiados anunciaram o próprio colapso da ideia de direitos humanos e o trágico destino de indivíduos que, por não contarem com a proteção das leis ou de qualquer acordo político sancionado por um Estado, viram-se reduzidos ao estatuto de ‘meros’ seres humanos, aspecto que prefigurou sua posterior destruição física nos campos de concentração nazistas e nos intermináveis expurgos da burocracia estalinista.

Ora, tal análise crítica acerca das origens do Estado totalitário parecia sugerir que, em suas reflexões posteriores, Arendt tornar-se-ia uma partidária confessa do liberalismo político e do chamado estado de bem-estar social, considerando-os como as únicas alternativas políticas viáveis à catástrofe totalitária.

Para espanto e incompreensão de muitos intérpretes, no entanto, a pensadora que estabelecera a comparação estrutural entre o nazismo e o estalinismo, que, ao menos à primeira vista, parecia adequar-se perfeitamente às exigências ideológicas da guerra fria, recusava-se agora, em *A Condição Humana*, a extrair o que parecia ser a consequência fundamental de sua crítica anterior ao fascismo de direita e de esquerda.

Em vez de associar seu pensamento às tendências do liberalismo político contemporâneo, Arendt apresentou naquela obra uma crítica vigorosa da modernidade e do estado de bem-estar social, afirmando que as condições de possibilidade do exercício da política no presente haviam atingido seu máximo grau de obscurecimento.

Uma vez concluída a análise da absoluta descaracterização da política pelo terror

totalitário, Arendt voltou sua atenção para as sociedades democráticas e liberais, nas quais, segundo ela, a política transformara-se em administração burocrática das necessidades sociais.

Se no primeiro caso a liberdade fora totalmente aniquilada, no caso das democracias representativas, fundadas no sistema de partidos políticos, ela tenderia a se restringir ao mínimo, na medida em que o espaço público transformara-se em um mercado de trocas econômicas destinadas à manutenção das necessidades vitais da sociedade.

Duarte pesquisou algumas críticas feitas ao pensamento arendtiano, dentre elas cita o autor Sheldon Wolin, que afirmou que não era apenas insuficiente em sua avaliação da democracia representativa e da modernidade, mas, sim, que ela era até mesmo antidemocrática, pois teria buscado inspiração em fontes teóricas antidemocráticas e antimodernas.

A respeito de considerar que já *As Origens do Totalitarismo* era uma obra deficiente em relação ao exame da democracia, conforme Duarte, Wolin acentua ainda mais sua crítica ao afirmar que havia muito pouco nessa referida obra que pudesse ter preparado o leitor para a visão arcaica de uma “nova comunidade política” inspirada pela versão do Helenismo pré-socrático associado a Nietzsche e Heidegger”, a qual fora apresentada em *A Condição Humana*.

Em suma, todo o problema residiria no apego arendtiano à visão pessimista e catastrófica de certos teóricos alemães que, insatisfeitos com as mazelas e desvios acidentais do presente e da modernidade, sonharam com um modelo de política fundado no retorno conservador a um passado remoto no qual se restauraria a antiga coesão ético-política entre o povo e suas lideranças. Porém, em defesa ao pensamento arendtiano, Duarte afirma:

Ao estabelecerem uma relação de necessidade entre a crítica ao horror totalitário e a defesa incondicional da democracia representativa e de seus fundamentos políticos (liberalismo) e filosóficos (*Aufklärung*), os críticos perderam de vista a originalidade e o alcance da crítica arendtiana à modernidade e à democracia parlamentar, reduzindo seu pensamento, de maneira simplista, à posição de epígono do pensamento político reacionário. A fim de escapar a essa armadilha e avaliar a natureza de suas críticas à democracia liberal e ao presente, convém prestar atenção a uma observação decisiva, contida já na sua análise do totalitarismo (DUARTE, 2001, p.8).

Dessa forma, para Arendt, os regimes totalitários expuseram duas fragilidades centrais dos regimes democráticos parlamentares: a crença de que o povo na sua maioria participa ativamente do governo e a de que as massas neutras e desarticuladas constituem apenas o silencioso pano-de-fundo para a vida política da nação.

A trágica descoberta desses pontos frágeis haveria de ressoar em sua crítica posterior às democracias parlamentares, as quais seriam preteridas pela autora em favor de novas formas de organização da coisa pública, que estimulassem maior interesse e garantissem a participação

política por parte dos cidadãos.

Uma vez assumido esse ponto de vista teórico, era apenas natural que sua crítica ao horror totalitário não a levasse a comprometer seu pensamento político com a defesa cega do liberalismo político e da democracia parlamentar, antídotos inadequados, pois estimulantes de algumas das condições a partir das quais se constituiu a dominação totalitária, tais como a apatia política, o isolamento dos cidadãos e a restrição da liberdade ao instante do voto, entre outras.

A despeito de nada parecer mais certo e evidente, sobretudo em um tempo marcado pelo espectro do totalitarismo e de duas guerras em escala mundial, do que distinguir e separar liberdade e política, afirmando que a liberdade desaparece ali mesmo onde a política inicia-se, Arendt recusa as correntes políticas liberais porque elas tendem a pensar as relações entre política e liberdade a partir da concepção de que quanto menor for o espaço destinado à política, tanto maior será o espaço da liberdade.

Para Arendt, o que se enfatiza nessa fórmula é uma liberdade pensada sempre em termos da liberdade em relação à política, destinada exclusivamente ao crescimento e desenvolvimento econômico privado. Além disso, mesmo em *As Origens do Totalitarismo* a sua desconfiança crítica em relação ao presente e à modernidade já se fazia notar, particularmente em sua crítica ao espraiamento das massas constituídas pelo processo de isolamento e atomização dos indivíduos, o qual torna impossível a ação política.

Tal observação crítica não dizia respeito apenas à Alemanha de Hitler e à União Soviética de Stalin, mas retrocedia ao século XIX e abarcava todo o continente europeu, visto que o termo massas referia-se genericamente a todas aquelas pessoas que, seja por causa de seu número, seja por causa da indiferença, ou por causa da combinação de ambos, não podiam ser integradas em nenhuma organização baseada no interesse comum:

O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, em decorrência simplesmente do seu número, ou de sua indiferença, ou à combinação de ambos, não podem ser integrados em nenhuma organização baseada no interesse comum, seja partido político, governo municipal, organização profissional ou sindicato de trabalhadores (ARENDR, 2000, p.311).

Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto. O traço que melhor caracteriza as massas é a sua desarticulação e desinteresse pelo mundo comum e por si mesmo, isto é, a perda do interesse comum e do senso comum, pois já não têm entre si (inter-est) nada que possa relacioná-las. A perda desse vínculo comum significa a perda do vínculo que se estabelece entre os homens em uma determinada

comunidade, gerando assim o problema que é definido em *A Condição Humana* e demais textos dos anos 50 como a “moderna alienação do homem em relação ao mundo⁶”. Este é o aspecto em torno do qual se estrutura sua avaliação da modernidade e do presente em *A Condição Humana*, garantindo-se, assim, uma conexão interna entre as análises histórico filosóficas levadas a cabo em *As Origens do Totalitarismo* e a posterior avaliação filosófico-política da modernidade.

Desse modo, observamos que é necessário trabalhar o filosofar na sala aula, acerca deste tema que envolve um olhar filosófico em relação ao problema político ao longo de uma tradição. E as diversas opiniões acerca disto nos arrastam para o caos, por isso é preciso pensar sobre tudo isso e a Filosofia enquanto criadora de conceitos a partir de problemas conforme o pensamento de Gallo uma alternativa para enfrentarmos esse caos.

1.7 Diálogos com Ensino Médio

Dentre os textos que temos a intenção de trabalhar com os alunos do Ensino Médio, estão alguns trechos da obra de Arendt *Da violência*, na qual ela trata de vários conceitos sobre o poder e como o mesmo é associado em relação à violência com diversos autores, tanto de direita ou esquerda, como Arendt mesmo menciona diretamente aos jovens:

É natural que a nova geração viva com uma maior consciência da possibilidade do fim do mundo que as pessoas “com mais de trinta anos”, não por serem mais novas, mas porque foi esta a sua primeira experiência decisiva no mundo. (Aquilo que é “problema” para nós “está inserido na carne e no sangue dos jovens”).²⁸ Se se fizer a um representante dessa geração duas simples perguntas: “Como você gostaria que fosse a sua vida daqui a cinco anos?” As respostas serão bem freqüentemente precedidas de: “Desde que ainda exista um mundo”, e “Desde que eu ainda esteja vivo” (ARENDR, 2009, p. 13).

Afinal, os jovens estão inseridos nesse mundo no qual reina a violência que pode devastar tudo que conhecemos e Arendt consegue aproximar, através de seus textos, conceitos complexos da política em escala mundial e com a juventude, inserida nesse cenário de incertezas.

⁶ Essa moderna alienação do homem em relação ao mundo foi tratada por Hannah Arendt na mesma obra citada, para denominar: o desenraizamento dos homens em relação ao mundo ou o estranhamento do mundo, enquanto obra humana e enquanto assunto comum dos homens. Trata-se de um diagnóstico das profundas transformações providas pela era moderna: no conjunto dos cuidados humanos mais elementares com o mundo (*a vida activa*: trabalho, fabricação e ação) e no âmbito das mais gerais condições mundanas da existência humana (vida orgânica, mundanidade, pluralidade humana, natalidade, mortalidade e o planeta Terra).

O texto sobre a propaganda totalitária contido na obra *Origens do totalitarismo* é outro ótimo exemplo de como a mídia na forma da propaganda pode “seduzir” a massa e controlar com um regime baseado não no medo, mas no terror, depois de instaurado de vez em um país, como aconteceu no regime nazista e stalinista, baseando-se em mentiras e culpa da “desgraça” do país, até então em uma minoria como foi no caso dos judeus na Alemanha.

Somente a rale e a elite podem ser atraídas pelo ímpeto do totalitarismo; as massas tem de ser conquistadas por meio da propaganda. Sob um governo constitucional e havendo liberdade de opinião, os movimentos totalitários que lutam pelo poder podem usar o terror somente até certo ponto e, como qualquer outro partido, necessitam granjear aderentes e parecer plausíveis aos olhos de um público que ainda não está rigorosamente isolado de todas as outras fontes de informação (ARENDR, 2000, p.390).

O controle das informações e transmissão daquilo que a massa quer ouvir é fundamental para a legitimação do regime político. A alienação do pensamento e, em certos casos, a entrega pra morrer pelo movimento acaba acontecendo em nome da ideologia da propaganda totalitária.

O último texto a ser trabalhado com os jovens do Ensino Médio é sobre o “sentido da política” encontrado no livro *O que é política de Arendt*. Neste ela trata do conceito de pluralidade, já mencionado neste artigo, que é central para compreendermos a existência de fato de um espaço entre as pessoas, onde não ocorra a eliminação da política. O temor, citado por Arendt, que através da guerra e da bomba atômica sobrevém decisões políticas, surgindo os preconceitos e o desejo de eliminar, mas a política possui o sentido de:

A política, assim aprendemos, é algo como uma necessidade imperiosa para a vida humana e, na verdade, tanto para a vida do indivíduo como da sociedade. Como o homem não é autárquico, porém depende de outros em sua existência, precisa haver um provimento da vida relativo a todos, sem o qual não seria possível justamente o convívio. Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo (ARENDR, 2011, p. 46)

Sendo assim, a atividade política é fundamental para a manutenção da vida em comunidade e para assegurar o direito e a oportunidade da participação de modo igualitário a todos os cidadãos. Eliminar a política é um absurdo no pensamento arendtiano, mas o risco é real, por isso trabalhar esses conceitos com os jovens que constituem a nova geração não deve ser negligenciado e a escola é o campo importante para que eles convivam com as diferenças e passem a superar os diversos preconceitos que estão arraigados na cultura, inclusive o político.

1.8 - Totalitarismo e biopolítica na sociedade de controle: Gallo e Arendt

Sílvio Gallo, em *Filosofia: experiência do pensamento o problema sobre o totalitarismo e biopolítica na sociedade de controle* cita o filme clássico Alphaville, ficção científica, lançado em 1965. Este filme descreve uma cidade futurista na qual tudo, inclusive os habitantes, são controlados por um supercomputador, o alpha 60, ideia também utilizada no filme Matrix. Um agente é chamado para encontrar o inventor da máquina e convencê-lo a destruí-la, mas a dificuldade que ele enfrenta é grande, uma vez que o computador aboliu os sentimentos humanos e tem controle absoluto. O filme mostra uma sociedade totalitária, com um governo que controla tudo, incluindo o que sequer é humano, ou seja, trata-se claramente de uma metáfora para o problema político que talvez tenha sido o maior do século XX: o totalitarismo!

Gallo afirma que, após a consolidação das democracias liberais europeias no século XIX, o século seguinte assistiu à emergência desse novo fenômeno político, que teve consequências devastadoras. Segundo alguns especialistas, o termo totalitarismo surgiu com o líder fascista italiano Mussolini (1883-1945), que, em oposição ao Estado liberal, propunha que todas as manifestações sociais, políticas, econômicas e culturais se mantivessem sob o poder do Estado. O seu lema era o seguinte: “Tudo pelo Estado – nada contra o Estado” (Gallo, 2016, p.226). Há controvérsias sobre se o regime fascista de Mussolini era totalitário mesmo ou apenas autoritário, mas o conceito sem dúvida pode ser aplicado com segurança no caso de Hitler e Stalin, respectivamente na Alemanha e na União Soviética.

Na Alemanha, o período após o fim da Primeira Guerra mundial (1914-1918) foi marcado pelo descontentamento social e político, assim, surgiram ideias políticas baseadas em teorias biológicas e racistas. Estes elegiam a raça ariana como superior às demais e se tornaram o centro da ideologia nazista, que se caracterizava por autoritarismo político e ódio a judeus, homossexuais, ciganos negros e qualquer opositor político.

Reunidos no Partido Nacional Socialista, os nazistas chegaram ao poder por meios democráticos no início da década de 1930 e, em 1933, instauraram uma ditadura sob o comando de Adolf Hitler (1889-1945), que conduziu a Alemanha a um governo totalitário.

Josef Stalin (1878-1953) também se tornou o comandante máximo das nações reunidas na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) depois da morte de Lenin, em 1924. Stalin instaurou uma ditadura que, a partir de 1930, de modo semelhante, tornou-se um governo

totalitário. Stalin não se baseava em teorias racistas, mas em uma suposta teoria da história, segundo a qual certas classes sociais deveriam ser eliminadas para que a URSS chegasse a uma sociedade sem classes.

Assim, com o rápido desenvolvimento da tecnologia e da informática, o final do século XX viu a ficção de Alphaville tornar-se possível em vários aspectos. Os contornos de uma sociedade em que os indivíduos podem ser acompanhados e controlados em tempo real foram ficando cada vez mais nítidos e, considerando tudo o que isso representa em termos de avanço tecnológico e social, mas também ameaças a própria liberdade. O pensamento político procurou compreender as razões de todos esses acontecimentos e as condições que eles surgiram.

Hannah Arendt viveu o horror da ascensão do nazismo na Alemanha e a crescente perseguição aos judeus. De família judaica, viu-se obrigada a exilar-se nos Estados Unidos. Dedicou-se, então, a pensar sobre o totalitarismo, tomando-o como um problema filosófico e não apenas político e social.

No seu livro *As origens do totalitarismo*, publicado no ano de 1951, Arendt propôs uma explicação por meio de um amplo estudo histórico e político dessa nova forma de governo. As duas primeiras partes do livro tratam de antissemitismo e imperialismo, e são destacados alguns dos elementos que permitiram a ascensão ao poder do totalitarismo alemão. A terceira parte do livro analisa os elementos que constituem os governos totalitários de Hitler, na Alemanha, e de Stalin, na União Soviética. Nestes casos, este tipo de regime se fundamenta na imposição de uma ideologia, na mobilização das massas e no terror.

Gallo levanta um problema filosófico acerca do totalitarismo, o mesmo afirma:

O totalitarismo é uma negação radical das liberdades individuais. A questão filosófica que ele suscita é: como podem as pessoas consentir com a negação de sua própria liberdade, suportando e até apoiando esse tipo de regime político? (GALLO, 2016, p.228)

Arendt retomou a análise de Montesquieu para afirmar que o totalitarismo escapa ao sistema da política clássica.

No esquema proposto por Montesquieu, há certos princípios de ação que são seguidos pelos indivíduos em cada regime político, bem como por seus governantes. Numa monarquia, esse princípio é a honra; na república, é a virtude; numa tirania, é o medo. Ou seja, numa república, tanto cidadãos como governantes sentem orgulho em não dominar os demais, ao menos naquilo que diz respeito aos assuntos públicos, numa monarquia, as pessoas agem visando à honra pública, isto é, cada um quer ser reconhecido como alguém que obedece ou que é obedecido em conformidade com a posição que ocupa na sociedade; numa tirania, o que

move as ações é o medo, o medo dos súditos em relação ao tirano, mas também o medo do tirano em relação aos súditos.

Todo esse esquema baseia-se em uma separação das esferas privada e pública da vida. As relações políticas dizem respeito à esfera pública, e aquilo que o indivíduo faz em sua vida privada não é necessariamente controlado pelas regras de relação pública.

Segundo Arendt, o totalitarismo escapa a esse esquema exatamente porque visa à dominação total do ser humano, apagando a distinção entre as esferas públicas e privadas. Um governo totalitário não quer dominar apenas o cidadão (esfera pública); ele quer dominar também o indivíduo (esfera privada). Desse modo, é claro que o princípio de ação do governo totalitário não é a virtude nem a honra. Seria o medo? Será que as pessoas aderem ao totalitarismo por medo? Arendt afirmou que não.

O totalitarismo não é uma tirania como aquelas classicamente conhecidas. As pessoas até podem sentir medo do governo, mas os governantes totalitários não agem por medo dos governados para Arendt, o princípio político do totalitarismo é o terror, que torna desnecessário qualquer daqueles princípios de ação propostos por Montesquieu.

O problema central do governo totalitário é que ele se coloca fora da divisão tradicional entre poder legal, de direito, ou ilegal, arbitrário. A dominação totalitária não segue nenhuma lei já conhecida: no caso de Stalin, segue uma razão que considera a existência de uma “lei da História”; no caso de Hitler, uma “lei da natureza”. Ambas as leis estão além das convenções humanas e não podem ser debatidas ou controladas. Por exemplo: nenhum regime político pode matar os cidadãos, pois a lei garante o respeito à vida; mas o totalitarismo nazista matou “legalmente” milhões de judeus, pois, segundo suas ideias, estava seguindo uma “lei da natureza” de purificação da raça.

Os governantes nazistas consideravam um “bem à humanidade” matar os judeus, assim, o faziam segundo a sua lei e não de modo arbitrário e ilegal. Esta é a base do terror totalitário: atribuir legalidade a ações abomináveis dos governantes.

Ampliando a perspectiva de sua análise, Arendt diz que o totalitarismo é capaz de obter a adesão dos indivíduos porque eles se encontram totalmente isolados, sem laços sociais. É o que ela chamou de uma sociedade atomizada. Isolamento seria diferente da solidão: na solidão a pessoa está consigo mesma, enquanto no isolamento nem consigo ela dialoga.

Segundo Arendt, o terror totalitário consegue unir esses indivíduos na mesma medida em que os mantém isolados, podem ser dominados por completo. Sem opor resistência ao terror totalitário não forma uma comunidade política de fato, em que as pessoas participam de uma

vida comum. O totalitarismo transforma o povo em massa, em multidão, aquilo que Hobbes dizia ser algo anterior ao pacto político.

Outro ponto importante do totalitarismo é que seu governo só existe enquanto se mantém em movimento. É essa razão do expansionismo totalitário, que precisa conquistar outros países, outros territórios. Seu limite é o mundo todo. A proposta é juntar todos os indivíduos em uma única humanidade, sob um mesmo governo totalitário, mesmo que estejam todos isolados uns dos outros.

Arendt afirma também que o totalitarismo prepara os indivíduos para serem, ao mesmo tempo, carrascos e vítimas. É assim que funciona o terror totalitário: ninguém está a salvo. Até aqueles que ocupam postos de poder no governo podem, de uma hora para outra, cair em desgraça e tornarem-se vítimas, sofrendo o mesmo destino que impunham a outros. Isso é garantido por meio da ideologia e sua propaganda.

O totalitarismo constrói uma ideologia, um sistema explicativo do mundo e da vida, que não tem, necessariamente, relação com a experiência concreta, mas explica tudo – o passado, o presente e o futuro. Sendo assim, Arendt afirma que a grande lição do totalitarismo em relação ao perigo que ele representa é o isolamento dos seres humanos.

Ainda que esse isolamento seja o sintoma de uma sociedade de massas, ele é contrário à condição humana, segundo a qual os seres humanos habitam o planeta como coletividade, e não como seres isolados. O modo de evitar novos de terror, portanto, é resgatar os laços sociais e políticos entre os indivíduos.

1.9 Alienação e Ciência

O processo de “alienação do mundo” ganhou forças mediante algumas transformações que marcaram a era moderna, estes eventos foram à descoberta da América, a Reforma e a invenção do telescópio que foi o menos percebido, servindo apenas para a observação das estrelas, mas havia algo muito maior por trás desse objeto, que Arendt descreve nas palavras de Whitehead: “desde o dia em que a criança nasceu na manjedoura, nenhuma outra coisa tão importante havia ocorrido com pouco alarde” (ARENDR, 2004, p.269).

O destaque posterior dado à invenção do telescópio deve-se ao fato de que ele está exatamente na origem da alteração radical no modo de se falar de uma verdade. Recordamos que no contexto tradicional alcançar a verdade dependia da correção do olhar na direção de um

ponto situado além do mundo sensível. A posição correta possibilitava a percepção de um metro pelo quais as coisas passavam a ser medidas e a que se adequavam. Tudo dependia, portanto da possibilidade de contemplação desse ponto, da ideia, na perspectiva platônica.

A invenção do telescópio, conforme Moraes (2001), apresentou-se assim como um desafio à confiança tradicional que se depositava a capacidade dos nossos sentidos apreenderem a realidade. Com sua invenção, os homens deram conta de que, por terem se fiado nos seus sentidos, tinham sido sempre enganados, pois o telescópio apresentava como sendo verdade aquilo que sem ele sempre permanecera oculto. Nesse novo contexto, a verdade deixa de ser pensada como algo que se atinge por uma via de acesso imediato, como são os nossos sentidos. Estes, no seu imediatismo, nos enganavam e nós não sabíamos. Agora percebemos que para conhecer a realidade precisamos intervir nela como o nosso aparato técnico, temos que provocá-la, que fazê-la manifestar-se.

A visão que Hannah Arendt tem da ciência moderna realiza-se consequentemente afirmando que sem o artefato feito pelo homem, o telescópio, não haveria a transformação da maneira que ocorreu. A sua invenção apresentou-se como um desafio à confiança tradicional que depositava na capacidade dos nossos sentidos apreenderem a realidade. Com isso, os homens se deram conta de que, por terem confiado nos seus sentidos, tinham sido sempre enganados, pois o telescópio apresentava como sendo verdade aquilo que sem ele permaneceria sempre oculto.

Com base nisso, Correia (2001) afirma:

A forma como Galileu fez uso do telescópio, revelando os segredos do universo à cognição humana por meio da percepção sensorial, contribuiu de modo determinante para que se estabelecesse um novo conceito de mundo, com o pressuposto de que o movimento dos corpos celestes. Todos os eventos passaram a ser tidos como inevitavelmente submetidos a uma lei universalmente válida, como se pudéssemos tratar a terra de fora dela, de um ponto de apoio seguro externo a ela. A era moderna assim expressa tanto a capacidade humana de pensar em termos de universo quanto “de usar leis cósmicas como princípios guias da ação na terra”, o que explicaria porque a matemática passou a ser sua principal ciência (CORREIA, 2001, p.228).

Assim, conforme Correia (2001), com o advento da matemática se reduziu tudo que está para além do homem à estrutura de sua própria mente e simultaneamente se instaurou o ambiente de suspeita e desespero advindo da constatação da impotência dos sentidos ante a regra única que guia tanto o universo quanto o mundo da ação e do pensamento. Para Arendt, foi a ciência a criadora da Era Moderna e não qualquer Filosofia que a tenha precedido, pois, afirma, são os eventos e não as ideias que alteram o mundo; e a especulação dos filósofos e a imaginação dos astrônomos nunca chegaram a constituir eventos.

Nesse novo contexto, a verdade deixa de ser pensada como algo que se atinge por uma via de acesso imediato. Agora o homem percebe que para conhecer a realidade precisamos intervir nela com o nosso aparato técnico, temos que provocá-la, que fazê-la manifestar-se. Existe sem dúvida uma ligação, quando se fala de *Alienação do mundo* e ciência. A ciência, nos últimos séculos, caminhou a passos largos. A tentativa de superar a própria condição humana, quer queira, quer não, é presa ao ambiente terreno como qualquer outro ser vivo foi uma das possibilidades mais estudadas e pesquisadas. Talvez se aproxime, ou até mesmo ultrapasse os projetos bélicos e a suspeita de uma eliminação da vida orgânica terrestre.

O problema é que com advento da ciência moderna a existência humana se viu diante de uma crise dentro das próprias ciências naturais. Tal indagação tem a ver com o fato de que muitas verdades científicas, embora possam ser demonstradas em fórmulas matemáticas e comprovadas pela tecnologia, já não se prestam à expressão normal da fala e do raciocínio.

Arendt quer dizer que as ciências emitirão frases que para nós serão absurdas e poderá acontecer que a nossa capacidade de pensar não acompanhará o que fazemos, de modo que, de agora em diante, necessitaríamos realmente de máquinas que pensassem e falassem por nós. Tornaríamos escravos e dependentes de nossas próprias máquinas. É uma das aflições causadas pelo impacto de diversas tecnologias em um mundo cada vez mais competitivo e que passa a ser indiferente em relação a muitas pessoas.

Essa situação, criada pelas ciências, tem grande significado político. Sempre que a importância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é ele que faz segundo Arendt do homem um ser político, um ser de ação. Entretanto, se seguirmos o conselho, de ajustar nossas atitudes culturais ao estado atual de realização científica, adotaríamos sem dúvida um modo de vida no qual o discurso não teria sentido. Pois atualmente as ciências são forçadas a adotar uma linguagem de símbolos matemáticos que, embora originalmente destinada a abreviar afirmações enunciadas, contém agora afirmações que de modo algum podem ser reconvertidas em palavras.

O motivo pelo qual talvez seja prudente duvidar do julgamento político de cientistas com relação ao lugar de fala da cátedra não é, em primeiro lugar, a falta de caráter, mas o fato de não terem recusado a criar armas atômicas nem a sua ingenuidade com isso, o problema é o fato de não terem compreendido que uma vez criadas tais armas, eles seriam os últimos a serem consultados quanto a seu emprego, o que ocorre é que precisamente o fato de que habitam um mundo no qual as palavras perderam o seu poder.

E tudo que os homens fazem, sabem ou experimentam só tem sentido na medida em

que pode ser discutido. Assim, talvez haja verdades que fiquem além da linguagem e que podem ser de grande importância para o homem no singular, isto é, para o homem que, seja o que for não é um ser político. Mas os homens no plural, isto é, os homens que vivem, movem e agem neste mundo só podem experimentar o significado das coisas por poder falar e ser inteligíveis entre si e consigo mesmo.

Outro problema a ser pontuado que envolve diretamente a ciência é a questão da tecnologia, ou seja, a transformação da vida e do mundo pela introdução da máquina que vem estranhamente enveredando por uma concentração demasiado exclusiva no serviço, ou mesmo, desserviço que as máquinas prestam ao homem, como diz Arendt. A realidade desde o início é que toda ferramenta e todo utensílio destina-se basicamente ao tornar mais fácil e prática a vida do homem e claramente menos doloroso o labor humano. Sua qualidade por assim dizer como instrumento é concebido exclusivamente neste sentido antropocêntrico.

Mas a qualidade de instrumento que possuem as ferramentas e os utensílios relaciona-se muito mais intimamente como objeto que eles se destinam a produzir, e o seu mero valor humano limita-se ao uso que deles faz o *Animal Laborans*. Daí, deparamos com o problema, o *Homo Faber*, o fazedor de instrumentos, inventou os utensílios e ferramentas para construir um mundo, e não para servir ao processo vital humano. Dessa forma, a questão não é tanto se somos senhores ou escravos das nossas máquinas, mas se estas ainda servem ao mundo e às coisas do mundo ou se, pelo contrário, elas e seus processos automáticos passaram a dominar e até mesmo a destruir o mundo e as coisas.

O homem pelos artifícios desenvolvidos pela ciência pode, enfim, ser “promovido” de criatura para criador, remontando até mesmo o milagre da vida que antes era próprio de uma ação divina. Diante disso, Arendt afirma:

Ao mesmo tempo, passamos a popular o espaço em volta da terra com estrelas feitas pelo homem, criando, por assim dizer, novos corpos celestes sob a forma de satélites, e esperamos ser capazes, num futuro não muito distante, de fazer aquilo que todas as eras passadas viram como o maior, o mais profundo e o mais sagrado mistério da natureza: criar ou recriar o milagre da vida. Empleo deliberadamente a palavra criar para indicar que estamos, na verdade fazendo aquilo que todas as eras antes de nós julgaram ser a prerrogativa da ação divina (ARENDR, 2004, p.281).

A antiga dicotomia entre o céu e a terra é substituída pelo homem e o universo ou entre a capacidade de compreensão humana e as leis universais que os homens podem descobrir e manusear sem jamais compreendê-las.

CAPÍTULO II: RELAÇÕES ENTRE O MITO DA CAVERNA DE PLATÃO, O FILME MATRIX, A RETÓRICA E AS FAKE NEWS

2.1 *Vida Contemplativa: enfraquecimento e perda de valor*

Hannah Arendt em *A Condição Humana* distingue *vita activa*, que constitui no âmbito das atividades físicas fundamentais da condição humana, de *vita contemplativa* que constitui em poucas palavras no âmbito das atividades do pensamento.

Na primeira encontramos três atividades principais: trabalho, obra e ação.

O trabalho é a atividade que corresponde ao processo biológico do próprio corpo humano, a condição humana do trabalho é a própria vida. A obra é a aquela atividade que produz um mundo artificial de coisas, a condição humana do trabalho é a mudanidade. A ação é a única atividade dentre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade. Somos todos humanos, assim somos os mesmos, mas diferentes.

O trabalho, a obra e ação como afirma Arendt, têm também raízes na natalidade, pois suas funções mais gerais é produzir e preservar o mundo para o constante influxo dos recém-chegados, sendo a ação mais ligada à questão da natalidade, pois a ação é a atividade política por excelência, a natalidade e não a mortalidade pode constituir a categoria central do pensamento político em contraposição do pensamento metafísico.

A condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Os homens no que tocam ou entram em contato, direta ou indiretamente já se tornam pressupostos ou condições para sua existência, só que neste momento, deparamos com a questão, o homem não apenas condiciona as coisas para as suas necessidades vitais, mas também são condicionados por essas coisas.

Arendt atenta para o fato de que não podemos cair no erro de interpretação ao levarmos em consideração que natureza humana seja a mesma coisa que condição humana. As condições da existência humana, a própria vida, a natalidade e a mortalidade, a *mudanidade* e o planeta terra jamais podem explicar o que somos, pois, nunca nos condicionam de modo absoluto. Após essa fomentação de problemas é necessário apresentar a vida contemplativa nas suas origens.

No tocante a *vita contemplativa*, Hannah Arendt parte dos gregos da era clássica e resgata o sentido original de contemplação, quando a atividade do pensamento tinha primazia sobre todas as outras atividades. A contemplação que está na origem da atividade do filosofar, é para os antigos filósofos a maneira mais confiável de compreender a verdade. Esta não pode

ser encontrada no mundo sensível, pois tudo o que se apresenta no mundo das aparências é mutável, transitório, repetitivo e os sentidos ao perceberem essas aparências se enganam com frequência.

O melhor que se pode afirmar da percepção sensível é que ela põe o mundo, forma intuitiva, para a reflexão filosófica. Para alcançar a verdade por trás das aparências enganosas e não correr o risco de se dar por satisfeito apenas com opiniões (*doxa*) e ficar preso ao senso-comum, cabe ao filósofo empreender uma ruptura com o conhecimento convencional e procurar a verdade no âmbito que lhe é mais seguro, o pensamento e as ideias.

Com base nesse ponto, Arendt afirma que a tradição de nosso pensamento político teve seu início definido nos ensinamentos de Platão e Aristóteles (ARENDR, 2005, p.13.). Começou realmente quando Platão formulou um dos traços que seriam a sua grande marca, cito nada menos do que a alegoria da caverna, em *A república*. Ali Platão descreve a esfera dos assuntos humanos, tudo aquilo que pertence ao convívio de homens em um mundo comum, em termos de trevas, confusão e ilusão, e como se sabe aqueles que aspirassem ao ser verdadeiro deveriam repudiar e abandonar, caso quisessem descobrir o céu límpido das ideias eternas.

A estória da caverna, segundo a pensadora, desdobra-se em três etapas: primeiro constitui a reviravolta que tem lugar na própria caverna, quando um dos habitantes subitamente consegue libertar dos grilhões que acorrentam suas “pernas e pescoços” para que eles apenas possam ver diante de si, colado seus olhos à tela sobre a qual as sombras e imagens das coisas aparecem; agora, ele se volta para o fundo da caverna, onde um fogo artificial ilumina as coisas na caverna, tais como realmente são. A segunda é reviravolta da caverna para o céu límpido, onde as ideias aparecem como verdadeiras e eternas essências das coisas na caverna iluminadas pelo sol, à ideia das ideias que possibilita o homem ver as ideias brilhar.

Finalmente, a terceira reviravolta, há necessidade de volver à caverna, de deixar o reino das essências eternas e novamente se mover nos reinos das coisas perecíveis e homens mortais, cada uma dessas reviravoltas é realizada por uma perda de sentidos e orientação: os olhos acostumados às sombrias aparências do anteparo são ofuscados pelo fogo na caverna; os olhos já ajustados à luz que ilumina as ideias; finalmente, os olhos já ajustados à luz do sol devem reajustar-se a obscuridade da caverna.

Em *A Vida do Espírito* Arendt diz que: a parábola da caverna, narrada na República, constitui o próprio cerne da Filosofia política de Platão, mas a doutrina das ideias, tal como é ali exposta, deve ser entendida como aplicada à política, e não como doutrina original e puramente filosófica (ARENDR, 2002, p.238).

Para melhor compreensão da última citação e da questão que envolve a Alegoria da Caverna recorremos à Moraes (2001), uma vez que ele afirma que Platão, ao descrever o percurso do prisioneiro que se liberta das cadeias que o prendem ao mundo das sombras, no interior da caverna, pretende delinear o caminho do pensamento em busca da verdade. Primeiramente, há um movimento ascendente do pensamento que eleva gradativamente das sombras dos objetos, passando para o fogo que os ilumina e em seguida para a luz do dia. Superando o mundo sensível, o interior da caverna no qual só a opinião sobre coisas, resta ascender no mundo inteligível.

Apesar dos filósofos clássicos priorizarem o modo de vida contemplativo, Arendt deixa claro que a contemplação é oposta à ação política. Não descarta inclusive a possibilidade de que Platão e Aristóteles quando se puseram a tratar deste tema estivessem fazendo um parêntesis na sua atividade principal, que era o pensar para responder a questões surgidas na época. Analisando historicamente, a Grécia passava por um período de crise e Platão e Aristóteles aparecia nesse cenário como uma representação ressurgindo das ruínas da guerra do peloponeso⁷, respondendo a um problema real, a reeducação de um povo que havia perdido seus valores morais e políticos em decorrência dos reveses da Guerra. Com isso, Arendt, citando Pascal, menciona:

Só conseguimos imaginar Platão e Aristóteles vestindo as grandes túnicas de acadêmicos. Eles eram pessoas de bem, como as outras, riam com seus amigos; e quando quiseram se divertir escreveram as Leis e a Política. Se escreveram sobre a política foi como que para pôr ordem em um hospício; e se deram a impressão de estar falando uma grande coisa, é porque sabiam que os loucos a que falavam pensavam ser reis e imperadores. Adotaram seus princípios para tornar a loucura deles o mais inofensiva possível (PASCAL *apud* ARENDT, 2002, p.116).

Entretanto, apesar da primazia da vida contemplativa sobre as atividades da *vida activa* durar por um longo período de tempo, este modo de vida sofreu um “grande golpe” que constitui uma completa inversão desde quando o pensamento passou a ser exercido como instrumento de ação e fabricação. O grande nome em destaque, que completou essa total inversão compreendida por Arendt, visto os fatores históricos, sociais e filosóficos, foi Karl Marx. A respeito dessa inversão de posições, Duarte (2000) diz:

Arendt reconhecia em Marx o maior teórico da modernidade, não apenas porque ele

⁷ Guerra entre Atenas e Esparta ocorrida em 431 a.C-404 a.C iniciada durante o governo de Péricles que veio a morrer durante o conflito. Atenas foi derrotada por Esparta perdendo assim o domínio sobre as outras cidades gregas encerrando o que teria sido um período de grande desenvolvimento cultural, político e econômico de Atenas governada por Péricles. A consequência imediata desta guerra que se arrastou por muito tempo foi à decomposição moral da sociedade e a transmutação de todos os valores (JAEGER, 2003, p.458).

percebera o movimento de completa reversão do paradigma instaurado na Grécia antiga, segundo o qual a atividade de política e o exercício da liberdade ocupavam o ápice da hierarquia das atividades humanas, enquanto trabalho e a sujeição humana às necessidades da vida ocupavam o seu estágio mais baixo, mas, também, porque ele antecipara em sua reflexão muitos outros traços característicos do nosso presente (DUARTE, 2000, p.81).

Sendo assim, se na Grécia e na Roma antigas o trabalho era uma atividade da qual era preciso estar liberto para poder participar da liberdade política, quer dizer, da participação ativa na definição dos rumos da cidade. Atualmente, podemos afirmar que o trabalho é a ocupação essencial dos homens, que dedicam o seu tempo livre ao desfrute da liberdade privada na apropriação e consumo dos bens produzidos.

Nesse contexto, de reviravoltas de paradigmas políticos surgido desde o advento da democracia grega voltamos nossas atenções por uma questão importante de que a *vida activa* depende da vida contemplativa e que ambas exercem papéis necessários. Devido às carências e às necessidades da contemplação num corpo vivo, do ponto de vista, da tradição, nesse sentido Arendt crítica à ordem hierárquica estabelecida desde Platão, que ainda se mostrou presente em Marx e Nietzsche, ocorrendo um determinado obscurecimento das diferenças e manifestações da própria *vida activa*. Arendt propõe uma igualdade de valores e preocupações relacionando com as suas expressões.

Hannah Arendt quer chamar a atenção para o detalhe: se o homem se diferencia dos demais seres vivos pela razão, é pela expressão artística e discursiva, fruto da reificação⁸ do pensamento, que o homem expressa melhor a condição humana ao estabelecer diferenciação entre: a razão contemplativa que, por meio da cognição, consegue articular o conhecimento e expressá-lo com palavras e obras, o raciocínio lógico, que se faz presente na coerência de qualquer expressão humana, a intuição, conhecimento imediato da realidade que se expressa de maneira exemplar nas criações artísticas, e a *vita activa*,

Assim, como o pensamento tem em comum com a vida se forem considerados e tomados como fúteis, também a atividade política dos homens que é manifesta através da linguagem discursiva, não deixa qualquer vestígio, ou “qualquer produto que possa perdurar depois que passa o momento da ação e da palavra falada” (ARENDR, 2002, p.187). E, por isso mesmo, é que se faz necessário reviver antigas ideias e valores que na sua origem expressavam a ânsia de seus criadores em encontrar algo mais significativo para a vida do que o labor e o consumo.

⁸ Hannah Arendt utiliza o termo reificação com sentido positivo, equivalente a dar forma visível a algo que deixado à sua sorte se esvaeceria como acontece com o som das palavras articuladas ou com um livro que não é lido.

2.2 Retórica em Aristóteles e o convencimento das massas

Os líderes totalitários, para convencer as massas, utilizaram de um forte discurso de convencimento e manipulação, por trás de uma grande publicidade com sentido e que poderia aparentar a superação da situação de crise vivida pela maioria da população. Sendo assim para a compreensão da arte da retórica, o pensamento de Aristóteles é fundamental.

Segundo Isis Borges B. da Fonseca, nas partes das obras de Aristóteles que envolvem a poética e a retórica, o mesmo elaborou a retórica com a intenção de mostra o caráter deficiente e nem tanto filosófico feito por Isócrates em sua escola em Atenas por volta de 393 a.C., porém para esse mestre da oratória, a retórica e a Filosofia recobriria a mesma realidade.

Para ele, o falar bem e o pensar bem são artes equivalentes, dessa forma, unificava a retórica e a Filosofia. A concepção de Isócrates diferia muito das exigências de Platão, pois o mesmo preferia utilizar da opinião, da *dóxa*, e não das inúteis inquirições dos filósofos que tentam levar a certezas filosóficas. Tomando por base no verossímil, Isócrates chegava a ideias aceitáveis e úteis.

Com esse embate de ideias entre Platão e Aristóteles, o mesmo estabelece leis para retórica e define regras. Segundo ele, a retórica deve ser sobretudo uma rigorosa técnica de argumentar, mas diferente daquela que caracteriza a lógica.

A lógica é composta de silogismos que tem por objetivo serem irrefutáveis, “enquanto a retórica utiliza os silogismos, denominados por Aristóteles entimemas, que embora convincentes são refutáveis” (FONSECA, 2000, p.13). Exemplo disso é quando se trata de fins políticos que envolvem o papel das opiniões e não apenas de verdades universais, ou seja, as opiniões fazem parte da constituição de raciocínio retórico. Nesse ponto, Aristóteles afirma:

Com que argumentos se deve, pois, persuadir e dissuadir, louvar e censurar, acusar e defender-se, e que opiniões e premissas são uteis para as respectivas provas, e o que foi exposto, porque em torno desses argumentos e a partir deles se formam os entimemas, que se referem particularmente, por assim dizer, a cada gênero dos discursos (ARISTÓTELES, 2000, p. 3).

Para o fundador da escola peripatética, o orador, com o poder de sustentar uma tese ou anulá-la, devia descobrir pelo pensamento, em qualquer questão, o que ela encerrava de persuasivo. Em sua forma de pensar, seria um absurdo a retórica servir-se de um monte formulas empíricas como fazia seus predecessores. Segundo ele, “a faculdade ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão”, Aristóteles (*Ret.*, I, II, 1), ou seja, o orador que profere o discurso, está entre esses dois campos o teórico e a opinião e a reflexão é

essencial para uma boa exposição por parte de que discursa.

Conforme Marcos de Aurélio de Lima, o estagirita:

Na Retórica, embora o retor conte com uma estrutura discursiva geral pré-organizada, não é raro ele se deparar com aspectos imprevisíveis da vida prática e do mundo das opiniões. Frente a estes, o Estagirita situa a arte retórica também como uma sabedoria do lidar com as surpresas (discursivas e sociais), e de possivelmente transformar (ou manter) situações práticas a partir do discurso persuasivo (LIMA, 2011, p. 25).

Observamos aqui que o pensamento aristotélico se diferencia do pensamento de Isócrates, mas também não segue o pensamento platônico ao compreender que o imprevisível, mesmo com um discurso metricamente elaborado está presente e um exímio orador não pode ignorar este fato.

Segundo Lima (2011), a arte da retórica requer conhecimento e criatividade, pois não basta copiar e decorar fórmulas quando a vida é cercada de mistérios e imprevisibilidade, apenas uma cópia do discurso não resolve. Afinal, pelo pensamento aristotélico, aquele que discursa, busca persuadir o ouvinte, e não necessariamente copiar para persuadir.

Aristóteles destaca a utilidade da retórica, citando que o bom uso de qualquer que seja a faculdade humana pode ser muito útil, porém o mau uso pode ser muito prejudicial. Nesse ponto, encontramos relações práticas e reais do mau uso, quando citamos os regimes totalitários e a perversidade da lógica desses regimes. Arendt (2000) define a ideologia como se fosse a lógica de uma ideia, tomando como base as ideologias nazistas e estalinistas.

Na obra *A retórica*, Aristóteles (2015) trata de três conceitos: O *pathos*, o *logos* e *éthos*. O *pathos* é uma palavra grega que está relacionada com sentimentos, paixões, sofrimentos e emoções é importante que o orador consiga transmitir comoção ao público que pretende convencer. O *logos* outra palavra grega que significa razão, lógica, ou seja, é necessário a quem profere o discurso uma sequência lógica de sentido, a estrutura do discurso deve ser coerente com a realidade. O *éthos* também é uma palavra grega relacionada com o caráter de quem fala, a sua autoridade ou o apoio de um especialista no assunto, ou uma pessoa de alta reputação.

O líder totalitário e toda estrutura por trás dele dominava bem essas três elementos da retórica presente no discursos. Quem estava por trás do discurso totalitário estava muito bem informado, dominava o *logos*, o algoz estava sempre à frente das suas vítimas. Atingia em cheio o coração dos ouvintes através de discurso calorosos que pretendia erguer o país tornando o forte, trabalhava as emoções na população, o *pathos*. O *éthos*, a credibilidade que se passava para a massa, o nazismo utilizou-se da religião, para o convencimento e credibilidade do discurso, mesmo que utilizando de ideias bíblicas totalmente fora de contexto e do discurso

científico quando se pretendia purificar e permitir apenas a raça perfeita e superior.

2.3 Filme Matrix e a relação com o mito da caverna de Platão conforme Marilena Chauí

Conforme Chauí (2010), quem assistiu ao filme Matrix, o primeiro filme especificamente, há de se lembrar da cena em que o herói, Neo, é levado pelo guia, Morfeu, para ouvir o oráculo. No filme existe uma sibila, uma mulher que recebeu o oráculo (isto é, a mensagem), ela também é o oráculo, ou seja, a mensagem é que ela também é transmissora dessa mensagem.

Essa mulher pergunta a Neo se ele leu o que está escrito sobre a porta de entrada da casa em que acabou de entrar. O mesmo diz que não. Ela lê para ele as palavras, explicando-lhe que são de uma língua há muito desaparecida, o latim. O que estava escrito? *Nosce it ipsum*. O que significava? “Conhece-te a ti mesmo”. O oráculo diz a Neo que ele, e somente ele, poderá saber se é ou não aquele que vai livrar o mundo do poder da Matrix e, portanto, somente conhecendo-se a si mesmo ele terá a resposta. Chauí afirma que poucas pessoas que assistiram esse filme compreendem exatamente o significado dessa cena. A tal cena é a representação, no futuro, de um acontecimento do passado, ocorrido há 23 séculos, na Grécia.

Com base nisso, Chauí relata:

Havia, na cidade de Delfos, na Grécia antiga, um santuário dedicado ao deus Apolo, deus da luz, da razão e do conhecimento verdadeiro, o patrono da sabedoria. Sobre o portal de entrada desse santuário estava escrita a grande mensagem do deus ou o principal oráculo: *conhece-te a ti mesmo*. Um ateniense chamado Sócrates, foi a o santuário consultar o oráculo, pois em Atenas, onde morava, muitos diziam que ele era um sábio, e ele desejava saber o que era um sábio e se ele poderia ser chamado de sábio. O oráculo, que era uma mulher (a sibila), perguntou-lhe: “o que você sabe?”. Ele respondeu: “Só sei que nada sei”. Ao que o oráculo disse: “Sócrates é o mais sábio de todos os homens, pois é o único que sabe que não sabe”. Sócrates, como todos sabem, é o patrono da Filosofia (CHAUI, 2010, p. 7).

Observamos que existe uma relação entre o filme Matrix e a clássica história de Sócrates e o oráculo de delfos é um paralelo interessante feito pelo cineasta e que envolve um mundo futurista dominado pela tecnologia e que faz essa abordagem baseado no pensamento filosófico é uma aproximação também quando pensamos nas novas gerações que já nasceram em um ambiente cercado pela tecnologia.

Chauí diz que se voltarmos ao filme Matrix, poderemos perguntar por que ali foi feito

um paralelo entre Neo e Sócrates. Começamos pelo nome de duas personagens masculinas principais: Neo e Morfeu. Esses nomes gregos significam, respectivamente, novo ou renovado e, quando dito de alguém, significa: jovem na força e no ardor da juventude. Morfeu pertence à mitologia grega: era o nome de um espírito, filho do sono e da Noite, que possuía asas e era capaz, num único instante, de voar em absoluto silêncio para as extremidades do mundo. Esvoaçando sobre um ser humano e pousando levemente sobre sua cabeça, tocando-o como uma papoula vermelha, possuía o poder não só de fazê-lo adormecer e sonhar mas também de aparecer-lhe no sonho, tomando forma humana. É dessa maneira que, no filme, Morfeu se comunica pela primeira vez com Neo, que desperta assustado com ruído de uma mensagem na tela do seu computador. E, no primeiro encontro de ambos, Morfeu surpreende Neo por sua extrema velocidade, por ser capaz de voar e por parecer saber tudo a respeito desse jovem que não o conhece.

Morfeu pergunta a Neo se este tem sempre a impressão de estar dormindo e sonhando, sem nunca ter certeza de estar realmente desperto. Essa pergunta deixa de ser feita a partir do momento em que, entre uma pílula azul e uma vermelha oferecida por Morfeu, Neo escolhe ingerir a vermelha (como a papoula da mitologia), que o fará ver a realidade. Morfeu mostra a Matrix, fazendo-o compreender que passou a vida inteira sem saber se estava desperto ou se dormia e sonhava porque, realmente, esteve sempre dormindo e sonhando.

Chauí levanta o seguinte questionamento: qual é o poder da Matrix? O seu poder consiste em usar e controlar a inteligência humana para dominar o mundo, criando uma realidade virtual na qual todos acreditam. A Matrix é “o feitiço que se virou contra o feiticeiro” (CHAUI, 2010, p. 8.), ou seja, a inteligência artificial toma o controle de toda a situação e passa a controlar os seres humanos e os utilizarem como fonte de energia presos e conectados na mesma porém é criada em suas mentes uma realidade virtual e manipulada.

Em relação a isso, a filósofa diz:

A Matrix é o computador gigantesco que escraviza os homens, usando a mente deles para controlar seus sentimentos e pensamentos, fazendo-os crer que é real o que é aparente. Vencer o poder da Matrix é destruir a aparência, restaurar a realidade e assegurar os seres humanos possam perceber e compreender o mundo verdadeiro e viver realmente nele todos os combates realizados por Neo e seus companheiros são combates mentais entre os centros artificiais da Matrix. As armas e tiroteios que aparecem na tela são pura ilusão, não existem, pois o combate real não é físico, e sim mental (CHAUI, 2010, p. 8).

Mas por que os personagens do filme apontam para Neo como o escolhido? E por que ele seria capaz de destruir a Matrix? A resposta é que ele era um pirata eletrônico, alguém que

capaz de invadir os programas, decifrar códigos de criar uma realidade virtual, ou seja, ele estava apto a rivalizar com a Matrix. A autora afirma que Neo por ter um poder semelhante ao da Matrix sempre desconfiou da realidade que ela não seria exatamente como tal era apresentada. Sempre tinha dúvidas sobre a realidade percebida e, secretamente, questionava o que era a Matrix.

Essa pergunta o levou a vasculhar os circuitos internos da máquina, tanto que passou a ser perseguido por ela como alguém perigoso, e, a partir disso, chamou a atenção de Morfeu que o encontrou e, a partir daí, começou a descobrir sobre a verdade até então mascarada pela Matrix.

Qual o motivo de Sócrates ser considerado o patrono da Filosofia? Chauí responde que era porque jamais se contentava com as opiniões estabelecidas, com os preconceitos de sua sociedade, com as crenças que não poderiam ser questionadas de seus conterrâneos. Sócrates costumava dizer era impelido por um espírito interior (como Morfeu instigava Neo) que o levava a desconfiar das aparências e procurar a realidade verdadeira das coisas.

A partir disso, Chauí afirma:

Sócrates andava pelas ruas de Atenas fazendo perguntas aos Atenienses: “O que é isso em que você acredita?”, “O que é isso que você está dizendo?” “O que é isso que você está fazendo?”. Os atenienses achavam, por exemplo, que sabiam o que era justiça. Sócrates lhes fazia perguntas de tal maneira que, embaraçados e confusos, chegavam à conclusão de que não sabiam o que era a justiça. Os atenienses acreditavam que sabiam o que era coragem. Com suas perguntas incansáveis, Sócrates os fazia concluir que não sabiam o que era a coragem. Os atenienses acreditam o que eram a bondade, a beleza, a verdade, mas um prologando diálogo com Sócrates os fazia perceber eu não sabia o que era aquilo em que acreditavam (CHAUI, 2010, p. 9).

A pergunta: O que é? Era o questionamento profundo sobre a realidade de uma coisa para além das aparências e contra elas mesmas. Com essa questão, Sócrates levava os atenienses a descobrir a diferença entre parecer e o ser, entre a mera crença ou a opinião e verdade. As perguntas de Sócrates levavam os atenienses da época a pensarem de modo mais profundo sobre questões humanas que são complexas e que são necessárias o diálogo e nesse ponto o Sócrates faziam com maestria como é apresentado nos diálogos de Platão.

Sabe-se que Sócrates era filho de uma parteira. O mesmo dizia que sua mãe ajudava no nascimento dos corpos e que ele também era um parteiro, mas não de corpos e sim de almas. Assim como sua mãe lidava com a matrix corporal, ele lidava com a matix mental, auxiliando conforme no diz Chauí as mentes a libertar-se das aparências e a buscar a verdade.

Comparando Sócrates com Neo, os combates socráticos eram também mentais ou de pensamento. E enfureceram de tal maneira que os poderosos de Atenas que Sócrates foi

condenado à morte, acusado de espalhar dúvidas sobre as ideias e os valores atenienses e com isso corromper a juventude que ansiava por conhecimento e adorava ouvir os ensinamentos de Sócrates.

A aproximação de Sócrates e Neo não está apenas no fato de ambos são instigados a desconfiar das aparências, nem apenas por ambos consultarem um oráculo e receberem como mensagem o conhece-te-a-ti-mesmo e nem deles lidarem como matrizes. Podemos segundo Chauí encontra-lo também ao comparar a trajetória de Neo no interior da Matrix com um dos célebres escritos do filósofo Platão, discípulo de Sócrates e seu principal interlocutor de suas ideias que é a passagem encontrada na *A república* e chama-se o Mito da Caverna.

Para melhor compreensão do Mito da caverna vamos citar, conforme Chauí, os elementos que compõem a Caverna e o prisioneiro que consegue libertar e o que cada um representa na visão socrática platônica.

Vamos imaginar, nos diz Platão, uma caverna separa do mundo exterior por um alto muro. Entre este muro e o chão da caverna existe uma fresta por onde passa alguma luz externa, deixando a caverna na obscuridade quase completa. Desde seu nascimento, geração após geração, seres humanos estão acorrentados ali, sem poder mover a cabeça na direção da entrada nem se locomover até ela, forçados a olhar apenas no fundo, vivendo sem nunca ter visto o mundo exterior nem a luz do sol. Praticamente no escuro e imobilizados.

Abaixo do muro, do lado de dentro da caverna, há um fogo que ilumina vagamente o interior sombrio e faz com que as coisas que passam do lado de fora sejam projetadas como sombras nas paredes do fundo da caverna é como se fosse uma sala cinema e o fogo como a luz de um projeto de filmes.

Do lado exterior, pessoas passam conversando e carregando nos ombros figuras ou imagens de homens, mulheres, animais cujas sombras também são projetadas na parede da caverna. Nunca tendo visto o mundo exterior, os prisioneiros julgam que as sombras das coisas e das pessoas, os sons de suas falas e as imagens que transportam nos ombros são as próprias coisas externas, e que os artefatos, ou seja, as figuras e imagens que alguns transportam são seres vivos que se movem e falam.

Os prisioneiros comunicam-se, dando nome às coisas que julgam ver sem vê-las realmente, apenas as suas sombras e imaginam que o que escutam, e que não sabem que são sons vindos de fora, são as vozes das próprias sombras, e não dos seres humanos cujas imagens estão projetadas na parede, e também imaginam que os sons produzidos pelos artefatos que essas pessoas carregam nos ombros são vozes de seres reais.

Desse modo, qual é a situação desses prisioneiros? Tomam sobras por realidade, tanto as sombras das coisas e dos seres humanos exteriores como as sombras dos artefatos fabricados por eles. Essa confusão conforme Chauí, não corresponde a um defeito, mas às condições adversas nas quais ele se encontra submetido, mas o que aconteceria se um deles alcançasse a libertação dessa situação miserável?

Um desses prisioneiros não aceita a situação em que se encontra, decide abandonar a caverna. Consegue fabricar um instrumento com qual que os grilhões. No início, move a cabeça, depois o corpo todo; a seguir avança na direção da caverna, não é fácil pois a vida toda acostumado na mesma posição mas se esforça para sair dessa situação e escala o muro. Enfrentando as dificuldades do caminho íngreme sai da caverna. No primeiro instante, fica totalmente cego pela luz do sol, pela falta de costume. Enche-se de dor por causa dos movimentos que seu corpo realiza pela primeira vez e pelo ofuscamento de seus olhos sob a ação da luz externa, muito mais forte do que o fraco brilho do fogo que havia no interior da caverna. O mesmo fica dividido entre a incredulidade, por duvidar do novo ambiente, e o deslumbramento, causado pela intensidade da luz na qual não estava habituado.

O primeiro impulso é retornar à caverna para livra-se da dor e do espanto, atraído pela escuridão, o que lhe aparece mais acolhedora. Além disso, é precisa ver e esse aprendizado é doloroso, fazendo o desejar a caverna, onde tudo lhe é familiar e conhecido.

Mas sentido e sem disposição para regressar à caverna por causa da rudeza do caminho, o mesmo permanece no exterior. Aos poucos, habitua-se à luz e começa ver o mundo. Encanta-se, tem a felicidade de finalmente ver as coisas como elas realmente são, descobrindo que estivera prisioneiro a vida toda e que em sua prisão vira apenas sombras.

O desejo é ficar longe da caverna para sempre e lutará com todas as suas forças para jamais regressar a ela. Mas lamenta a sorte dos outros prisioneiros. Por fim, toma a difícil decisão de voltar ao subterrâneo sombrio para contar os demais o que viu e convencê-los a se libertarem também.

Quais os desafios deste retorno? Os demais prisioneiros zombam dele, não acreditando em suas palavras. Se não conseguirem silenciá-lo com suas caçoadas, tentarão a partir da violência física. Se mesmo ele teimar em afirmar o que viu e os convidar a sair da caverna, certamente acabarão por mata-lo. Entretanto, quem sabe, alguns poderão ouvi-lo e decidir a sair da caverna para à realidade?

O que representa de fato cada elemento da caverna, Chauí explica:

O que é a caverna? O mundo das aparências em que vivemos. Que são as sombras

projetadas no fundo? As coisas que percebemos. Que são os grilhões e as correntes? Nossos preconceitos e opiniões, nossa crença de que o que estamos percebendo é a realidade. Quem é o prisioneiro que se liberta e sai da caverna? O filósofo. O que é a luz do sol? A luz da verdade. O que é o mundo iluminado pelo sol da verdade? Da realidade. Qual o instrumento que liberta o prisioneiro rebelde e com o qual ele deseja libertar os outros prisioneiros? A Filosofia (CHAUI, 2010, p.10).

Segundo Santa (2013), sobre o mito da caverna e a sua função político educacional:

Fica evidente a conotação político-educacional da alegoria da caverna, e a indelével relação entre a justiça, a educação e a edificação da Cidade ideal, que nos Livros VI e VII recebe uma fundamentação metafísica. O modelo educacional que forjaria o guardião-filósofo deveria ser capaz de livrá-lo da escuridão dos sentidos, fazendo com que galgasse o íngreme aclone que conduz à plena luminosidade do Bem. Com as imagens do Sol e da linha dividida e especialmente com a alegoria da caverna, Platão coroa o argumento da República, estabelecendo as bases éticas, educacionais, ontológicas e epistemológicas do seu Estado perfeitamente justo, em consonância com o primado de um governo pautado na razão a ser efetivado pelos governantes-filósofos (SANTA, 2013, p. 82).

Santa realiza uma abordagem interessante sobre a ideia transmitida pelo mito da caverna, que tanto o viés político como o educacional destacam o pensar, uma forma filosófica capaz de ir além dos sentidos e da aparência.

CAPÍTULO III: A PRESENÇA DA FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO E A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

3.1 Desafios do ensino de Filosofia

O ensino de Filosofia é um desafio dadas as condições em que a disciplina é inserida no contexto de sala de aula e a organização do quadro de horários da escola, principalmente para o professor que está iniciando a sua carreira, que, na maioria das vezes, é designado para apenas um ano de contrato, como é o caso do estado de Minas Gerais. O fluxo de professores de Filosofia é significativo, um ano o professor pode estar em uma escola e no subsequente em uma outra escola de realidades bem distintas.

O quadro de horários como citado é um problema. Até o ano de 2019, no estado de Minas Gerais, existia apenas uma aula de Filosofia por semana em cada ano do Ensino Médio, ou seja, uma aula do primeiro ano, uma aula no segundo e uma aula no terceiro ano, totalizando 40 horas por ano em cada série escolar. Se observarmos é de longe o componente curricular com menos horas aulas de toda a escola, juntamente com Sociologia.

O docente de Filosofia tem que procurar aproveitar ao máximo esse tempo, que se apequena mais ainda quando a sua aula se encontra no primeiro horário. Ocorre que os alunos chegam muitas vezes atrasados ou demoram entrar para a sala de aula. Após o recreio, o mesmo problema, após horários de Educação Física, em que os alunos chegam cansados, demora-se um tempo para estabilizar e iniciar a aula. Sem falar em palestras, eventos, provas diagnósticas, provas governamentais, enfim, são muitos fatores que dificultam a efetivação das aulas de Filosofia.

A formação dos professores de Filosofia, por sua vez, é outro problema que podemos citar. Na maioria dos casos, a licenciatura em Filosofia aproxima-se mais do bacharelado, procurando formar o filósofo e não o professor de Filosofia. A primeira vez que se chega para lecionar, o choque de realidade é considerável e a sensação de estar perdido em pleno caos na sala de aula é extremo. Sobre isso, Murcho diz: “uma das primeiras coisas que o professor de Filosofia recém-formado descobre com espanto é que o que estudou e aprendeu na faculdade é praticamente irrelevante na sua prática letiva. De algum modo, tem de aprender outra coisa quando começa a dar aulas” (MURCHO, 2002, p.9).

Na sociedade capitalista e utilitarista, na qual todos nós estamos inseridos, surgem outros questionamentos em relação à disciplina de Filosofia: para que serve a Filosofia? O que

ensina na Filosofia? Fato é que a outros conteúdos não se aplicam essas perguntas. Na Matemática os estudantes aprendem a fazer cálculos variados, na Língua Portuguesa aprende-se as regras gramaticais, a norma culta da língua, dentre outras coisas, a Arte também não se questiona porque o artista, através do seu talento, apresenta ao mundo uma obra que agrega valor e é utilizada como entretenimento. Sobre isso, Chauí afirma:

Todo mundo também imagina ver a utilidade das artes, tanto da compra e venda das obras de artes quanto porque a nossa cultura vê os artistas como gênios que merecem ser valorizados (ao mesmo tempo que a nossa sociedade é capaz de rejeitá-los se suas obras forem verdadeiramente revolucionárias e inovadoras, pois, nesses casos, eles não são “úteis” para o poder estabelecido) (CHAUÍ, 2010, p.20).

Nesse cenário imediatista e pragmático não se vê a utilidade da Filosofia, a ciência é colocada como a mais útil dos saberes (apesar de que os cientistas brasileiros não são muito valorizados). O senso comum preocupa-se com o resultado, com o produto final, já o cientista sabe da importância da Filosofia. Segundo Chauí (2010), os cientistas compreendem que as ciências têm a pretensão de serem conhecimentos verdadeiros, que são obtidos através de procedimentos rigorosos de pensamento, agem sobre a realidade por meio de instrumentos e objetos técnicos e visam o progresso dos conhecimentos, corrigindo-os e melhorando.

A Filosofia como sabemos é a mãe de todas as ciências e não se apresenta apenas como percussora, mas está presente na ciência diversos questionamentos que são filosóficos como “verdade, pensamento racional, procedimentos teóricos, correção e acúmulo de saberes: esses propósitos das ciências não são científicos, são filosóficos e dependem de questões filosóficas” (CHAUÍ, 2010, p.21).

Para o senso comum não é fácil encontrar a proximidade da Filosofia com a ciência e a técnica, alguns vão afirmar que a Filosofia é a arte do bem viver, ou seja, está relacionada com a prática correta das virtudes, a compreensão de uma vida pautada na moralidade e em atos virtuosos, na harmonia em viver com outras pessoas de modo ético.

Porém, a Filosofia não se limita apenas nesse ponto, as várias perguntas que são puramente filosóficas como: o que é o homem? O que é a vontade? O que é o vício? O que é a virtude? O que é a liberdade? O que é um valor? Perguntas feitas desde os primeiros filósofos que são complexas e requerem reflexão. Sobre essa questão, Chauí afirma:

Assim mesmo que disséssemos que o objeto da Filosofia não é o conhecimento da realidade nem o conhecimento da nossa capacidade para conhecer, mesmo que disséssemos que o objeto da Filosofia é a vida moral ou ética, ainda assim o estilo filosófico e a atitude filosófica permaneceriam os mesmos, pois as perguntas filosóficas – o quê, por que e como – permanecem (CHAUÍ, 2010, p.21).

Se observarmos atentamente, as perguntas: o que é, como é e porque é, estão presentes em qualquer área do conhecimento e são essenciais para uma verdadeira compreensão. A atitude filosófica, segundo Chauí (2010), inicia-se dirigindo esses questionamentos ao mundo que nos rodeia e as relações que nós mantemos com ele. Aos poucos, descobre que essas questões pressupõem a figura daquele que interroga e que elas exigem que seja explicada a tendência que tem o ser humano de interrogar o mundo e a si mesmo como desejo de conhecê-lo.

Daí a importância da reflexão filosófica, ou seja, a Filosofia compreende que precisa conhecer a nossa capacidade de conhecer, que precisa pensar sobre a nossa capacidade de pensar. De acordo com Gallo:

A Filosofia, diferentemente, é uma prática de elaboração própria de ideia. Ela também parte da opinião, mas a recusa como verdade e vai além dela. Busca uma reflexão mais sólida e fundamentada, por meio do qual o ser humano se realize em sua capacidade racional. As ideias elaboradas dessa forma podem ser defendidas com argumentos consistentes (GALLO, 2016, p.19).

Sendo assim, não é difícil chegar à conclusão que as pessoas que pensam por si mesmas, que não se acomodam com ideias prontas e não aceitam viver como estivesse automatizados têm melhores condições de se tornar cidadãos mais atuantes, exercendo seus deveres e exigindo seus direitos na sociedade. Não é por menos que em regimes ditatoriais que são autoritários o ensino de Filosofia é descartado e o tecnicismo preterido como a melhor forma de ensino.

Umberto Eco, em sua obra *O fascismo eterno ou ur-facismo*, explica a tendência de atitudes fascistas que não encerraram com fim dos regimes fascistas e totalitários, mas estão presentes de forma atenuada e a irreflexão é um sintoma, segundo ele:

O irracionalismo depende também do culto da ação pela ação. A ação é bela em si e, portanto, deve ser realizada antes de e sem nenhuma reflexão. Da declaração atribuída a Goebbels (“quando ouço falar em cultura, pego logo a pistola”) ao uso frequente de expressões como “porcos intelectuais”, “cabeças ocas”, “esnobes radicais”, “as universidades são um ninho de comunistas” a suspeita em relação ao mundo intelectual sempre foi um sintoma de ur-facismo (ECO, 2020, p.49).

Nos últimos anos, observou-se essa tendência de descrédito e desmoralização das universidades, principalmente nas áreas de ciências humanas. Ouve-se os termos de que as universidades só formam “esquerdopatas”, estimulam o uso de drogas, “sexo livre”, são contra

Deus. Disseminaram várias notícias falsas na mídia e, infelizmente, a massa e a população em geral criaram no imaginário essa aversão à instituição, forjados nesses preconceitos. Destaque que dessa mesma massa são poucos que conseguem ingressar em um universidade pública, além de não possuírem o hábito de frequentar esses espaços.

3.2 A importância da Filosofia para os avanços democráticos

As pessoas, geralmente as nascidas por volta da década de 60, quando se fala de Filosofia recordam da disciplina de Educação Moral e Cívica e Ordem Social e Política Brasileira (OSPB). No ano de 1961 a Filosofia já tinha deixado de ser obrigatória pelo decreto de lei n.4.024.61. Destaque para o Decreto n.68.065/71 que substituiu a disciplina de Filosofia.

Segundo Lepre (2001), a OSPB tinha como objetivo a defesa do princípio democrático, das tradições nacionais, crescimento de valores espirituais e éticos da nacionalidade através do fortalecimento da unidade nacional e do sentimento da solidariedade, do culto da pátria, o culto à obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

No lugar das disciplinas consideradas subversivas ao controle social, foi inserida uma disciplina que possuísse o objetivo de uma educação que preparasse os estudantes para o ingresso na sociedade, para o culto da pátria e para a obediência às leis estabelecidas, não necessitando que o aluno tivesse de fazer críticas ou compreender a sociedade.

Com todo esse cenário obscuro para a Filosofia e a sociologia, elas sofreram um golpe ainda mais forte. Segundo Gelamo:

Porém, é em outro momento que a Filosofia sofre seu maior golpe. Com a lei n.5.692/71, durante o período de ditadura militar (de 1954 a 1982), que fez a Filosofia e a sociologia fossem sumariamente retiradas do currículo escolar. Portanto, com essa retirada, foi despertado um debate que visava a uma conscientização social sobre a relevância da Filosofia na formação do cidadão crítico (GELAMO, 2009, p.42).

Aos poucos, a discussão foi sendo levantada, mas na surdina, por causa do regime militar de repressão, e se fortaleceu no ano de 1980 com a retomada da democracia. As manifestações ganharam força pedindo o retorno da Filosofia aos currículos do Ensino Médio. O problema maior da retirada da Filosofia foi a formação de uma geração com um vazio e uma defasagem considerável, principalmente em relação a interpretação mais aprofundada de textos e uma leitura crítica da realidade.

Conforme Carminati:

Permanece na cultura brasileira um vazio histórico em relação a este saber. Toda uma geração foi fortemente ferida e levada a aceitar uma cultura tecnicista, cujos valores negaram o acesso ao saber filosófico. Não raro, nos deparamos com dificuldades trazidas por nossos alunos. Entre elas, podemos apontar a dificuldade de comunicação, leitura de textos, interpretação e escrita, o que, obviamente, não tem apenas a ver com a inexistência do conhecimento filosófico, mas, também, com o deficiente ensino de ciências naturais e da língua materna (CARMINATI, 2004, p. 10).

Nas universidades, em especial nos departamentos de Filosofia, segundo Gallo (2004) a presença da Filosofia nos currículos do Ensino Médio ganhou força no debate, exaltando a sua importância na formação de cidadão críticos e capazes de um pensamento autônomo.

Mas quais os riscos de uma educação pobre em reflexão? Um caso radical que podemos citar é o conceito de banalidade do mal desenvolvida por Arendt (1999), ao analisar o caso de Eichmann, o mesmo se dizia um profundo respeitador das leis e cumpridor de seus deveres. O lugar do seu julgamento era fortemente protegido, esperavam um fanático nazista e adorador de Hitler, por ter sido o principal nome responsável pelo holocausto, porém, apenas era um burocrata cumpridor de ordens e sem nenhuma reflexão, sobre esse caso Arendt diz: “Ele cumpriu o seu dever, como repetiu insistentemente à polícia e à corte; ele não só obedecia ordens, ele também obedecia à lei.” (ARENDR, 1999, p.152).

O totalitarismo provocou essas atitudes de indiferença em relação ao outro, extrema falta de empatia, tornando os seres humanos como supérfluos e descartáveis, uma crise sem precedentes por parte das humanidades. Sendo assim conteúdos que levem o ser humano a pensar, em especial a Filosofia, em regimes políticos com tendências totalitárias, são perigosos, pois levam as pessoas a refletirem, não deixando que suas vidas torneis banais e aceitem qualquer imposição. O pensar pode gerar problemas na engrenagem de uma indústria de mortes.

No Brasil, não tivemos um governo totalitário precisamente, mas, infelizmente o país aderiu a ideias próximas desse modelo de regime. Appel faz uma reflexão sobre a retirada da Filosofia nos anos de governo militar:

Há muitos anos – desde a sua retirada, no início dos anos setenta, durante os chamados anos de chumbo do governo militar brasileiro – luta-se para reimplantar a Filosofia no ensino médio. Bate-se contra o escândalo teórico e político da sua supressão e, ao mesmo tempo, constata-se que o ensino da Filosofia se estende na medida em que a democracia avança. Compreende-se que não propriamente ofício filosófico sem sujeitos democráticos e não há como atuar no campo político, consolidar a democracia, quando se perde o direito de pensar (APPEL, 1999, p.69).

Segundo Gelamo (2009), o contexto histórico-social no qual estavam inseridos os filósofos brasileiros estava propício uma discussão para o convencimento e a explicitação para a sociedade e responsáveis pela educação, em particular, da importância da recolocação da disciplina da Filosofia no Ensino Médio e da urgência de fazer isto. Dessa forma, a discussão ficou em torno de consolidar a Filosofia no Ensino Médio, porém, em referência do ensino de Filosofia nos cursos superiores quase não existiram essas discussões.

A Filosofia, desse modo, foi cada vez mais perdendo espaço nos cursos superiores, Gelamo (2009) no diz que depois do ano 2000, as faculdades e institutos de Ensino Superior vêm gradativamente retirando as disciplinas “Introdução à Filosofia, Filosofia da Educação e Ética Fundamental de seus currículos escolares” (GELAMO, 2009, p. 43). O argumento para a retirada dessas disciplinas é a urgência do mercado para a formação de profissionais o mais rápido possível e que essas disciplinas não são específicas dos cursos.

As instituições privadas querem logo formar os alunos para a obtenção de mais lucro e eles querem ingressar o mais rápido possível no mercado. O problema é que as instituições públicas seguiram essa mesma tendência. Geralmente, os alunos também possuem um preconceito acerca das disciplinas que não são específicas de sua área de atuação, acreditam estar perdendo tempo.

Sobre isso, Gelamo (2009) nos diz:

Nesse sentido, podemos inferir que restou à Filosofia ser uma disciplina de caráter instrumental ou interdisciplinar, como alguns preferem intitulá-la, cabendo a ela ocupar o espaço de transversalidade nos currículos. Assim, o ensino da Filosofia deixou de ser um saber que precisasse de alguém especializado para ministrá-lo. Isso fez que sofresse uma simplificação excessiva, passasse a ser um conhecimento comum (senso comum) e, dessa forma, todos puderam se sentir “capazes” de ensinar a Filosofia transversalmente. Esse modo de tratar o ensino da Filosofia encontra respaldo na Lei n.9.394/96, que, apesar de trazer a possibilidade do retorno da Filosofia para o Ensino Médio e de assumir a sua importância, reserva a ela um lugar de pura aparência, especialmente em um tema caro à Filosofia, que é a ética (GELAMO, 2009, p.44).

Com todos essas dificuldades enfrentadas pela Filosofia, os estudiosos, conforme Gelamo (2009), encontraram o aspecto mais importante a ser destacado, que era essencial o convencimento da importância da Filosofia na formação dos alunos no ensino fundamental, médio, superior e, também, no ensino da Filosofia para as crianças, com o objetivo da formação crítica do sujeito.

No ano 2000, o debate sobre a obrigatoriedade do ensino de Filosofia e Sociologia ganhou força e repercussão, porém a Lei n.3178/97, que garantia a obrigatoriedade dessas

disciplinas, foi vetada pelo atual presidente, sob o argumento de que não havia profissionais suficientes para ocupar essas aulas.

Esse veto gerou diversas discussões no Brasil, dentre elas a urgência de repensar o ensino da Filosofia.

I Congresso Internacional de Filosofia com Crianças e Jovens (1999) em Brasília; Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia (2000) em Piracicaba; Simpósio sobre o Ensino da Filosofia da Região Sudeste (2002) em Piracicaba; Fórum Sul de Ensino da Filosofia⁴⁰ (de 2001 a 2008) em Passo Fundo, Ijuí, Curitiba, São Leopoldo, Santa Maria e Londrina; Fórum Centro- -Oeste sobre Ensino e Pesquisa em Filosofia (2001, 2002, 2003, 2004) em Brasília, Goiânia e Palmas; Fórum Norte de Ensino da Filosofia (2004) em Belém do Pará. Esses fóruns e simpósios têm se preocupado em trazer à tona o debate, não só do ensino da Filosofia no segundo grau ou na universidade,⁴¹ mas também a problemática do ensinar a Filosofia para estudantes do curso de Filosofia. Nesse sentido, a ressonância da preocupação dos estudos realizados nas décadas anteriores pode ser encontrada no empenho dos organizadores desses eventos em dar continuidade à discussão sobre a temática do ensino da Filosofia (GELAMO, 2009, p.46).

Toda essa movimentação contribuiu significativamente para uma melhoria na visibilidade dos cursos de Filosofia, ocorrendo uma maior procura nas instituições de ensino superior. Em vários estados brasileiros, segundo Gelamo (2009), o ensino dessa disciplina se tornou obrigatório, apesar da presença ainda ser mínima e ameaçada. Outro ponto que contribuiu para o ensino de Filosofia foi a sua presença nos vestibulares, por meio de questões específicas e as que utilizam a Filosofia como um saber “transversal”, necessitando à compreensão filosófica para a resolução de tais questões.

Nos anos de 1989 e 1994 surgiram dois manuais compostos de vários temas filosóficos que tinha como objetivo auxiliar o professor de Filosofia, foram eles: *Filosofando* (Aranha, 1989) e *Convite à Filosofia* (Chauí, 1994). Os mesmos foram muito utilizados, até mesmo nos cursos superiores e até hoje a edições recentes que se tornaram livros didáticos que contribuem a aproximação dos estudantes do Ensino Médio com a Filosofia, além do auxílio ao professor.

Todos esses debates fortaleceram a presença do ensino de Filosofia, entretanto, ainda é ameaçado, por isso é necessária a continuidade desses debates para o fortalecimento e conscientização de um pensamento crítico.

O Perfil (O mestrado profissional de Filosofia) permite fazer a ligação entre o Ensino Médio com a universidade, com isso, o professor do Ensino Médio passa a ter contato com novas pesquisas e possibilidades de trocas de experiências exitosas que agregam a sua vivência no contexto atual da educação brasileira e é mais uma forma de resistência face a ameaça da exclusão da Filosofia do ensino.

3.3 A proposta do projeto de ensino de intervenção na disciplina de Filosofia

As circunstâncias atuais que levaram ao distanciamento social causado pelo vírus Covid-19 e o tempo curto do mestrado, culminaram na necessidade de apresentar aqui uma proposta de intervenção para o ensino de Filosofia. Ademais, será possível a prática, no momento de retorno presencial das aulas, considerando que a proposta se mostra útil para qualquer escola com algumas adaptações conforme a realidade da mesma.

A maioria dos alunos estudou no Ensino Fundamental sobre a segunda guerra mundial e, possivelmente, assistiu a algum filme que retrata o momento mais sombrio da humanidade. Porém, o conhecimento, acerca de temas e conceitos como: o totalitarismo, o holocausto, nazismo, fascismo, stalinismo, dentre outros, ainda carecem de uma consolidação e reflexão sobre esse período, daí a importância do desenvolvimento da proposta de intervenção nas aulas de Filosofia.

No primeiro momento das aulas, a ideia é uma contextualização histórica desse período, que levou a instauração dos regimes totalitários e mostrar aos estudantes os resquícios da mentalidade destes regimes que, infelizmente, ainda estão vivos e presentes na nossa realidade.

Algumas bibliografias podem auxiliar o professor nessa etapa de ensino aprendizagem que são elas: O livro de Sílvia Gallo: Filosofia e experiência do pensamento, 2ª edição de 2016. Gallo dedica-se na unidade 4, capítulo: Totalitarismo e biopolítica na sociedade de controle para tratar desse problema. O livro organizado por Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins, na sua 6ª edição de 2016 no capítulo 17, no tópico: Desvios de poder: totalitarismo e autoritarismo, trabalha conceitos importantes sobre o totalitarismo e sua influência nos regimes autoritários que ocorreu na América latina e em especial no Brasil. Outro livro didático, como referência a ser utilizado é de Marilena Chauí: Iniciação à Filosofia, a 1ª edição de 2010, no capítulo 34, fala a respeito da questão da democracia e o seus desafios provocados pela desigualdade e desinformação das massas.

O livro de referência de Arendt para trabalhar o assunto e contribuir com o aprofundamento do tema pelo professor é *Origens do totalitarismo*, em especial na parte III, onde ela trata especificamente do problema do totalitarismo. Sabemos que o professor no Ensino Médio conta com um tempo reduzido, mas a sugestão é utilizar alguns trechos da obra, por exemplo, no tópico Ideologia e Terror: uma nova forma de governo, Arendt diz:

No capítulos anteriores, reiteramos o fato de que os métodos do domínio total não são apenas mais drásticos, mas que o totalitarismo difere essencialmente de outras formas de opressão política que conhecemos, com o despotismo, a tirania e a ditadura. Sempre galgou o poder, o totalitarismo criou instituições e destruiu todas as tradições sociais, legais e políticas do país. Independentemente da tradição especificamente nacional ou da fonte espiritual particular da sua ideologia, o governo totalitário sempre transformou as classes em massas, substituiu o sistema partidário não por ditaduras unipartidárias, mas por um movimento de massa, transferiu o centro do poder do exército para a polícia e estabeleceu uma política exterior que visava abertamente o domínio mundial (ARENDR, 2000, p. 512).

A obra de Hannah Arendt: Eichmann em Jerusalém é outro importante texto para a compreensão da banalidade do mal, ressalta os perigos que a burocratização da vida pública pode ser destrutivo para as sociedade democráticas. Como um cidadão cumpridor de ordens pode levar a morte e atrocidades a milhares de pessoas. Exemplo do trecho da obra que pode ser utilizado, no tópico o acusado, Arendt afirma:

Ao longo de todo o julgamento, Eichmann tentou esclarecer, quase sempre sem nenhum sucesso aquele segundo ponto: “inocente segundo a acusação”. A acusação deixava implícito que ele não só agira conscientemente, coisa que ele não negava, como também agira por motivos baixos e plenamente consciente da natureza criminosa de seus feitos. Quanto aos motivos baixos, ele tinha certeza absoluta de que no fundo de seu coração, não era aquilo que chamava de *innever schreinehund*, um bastardo imundo; e quanto a sua consciência, ele se lembrava perfeitamente de que só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam – embarcar milhões de homens, mulheres e crianças para a morte, com grande aplicação e o mais metucioso cuidado (ARENDR, 1999, p. 36 – 37)

São dois trechos dos textos de Arendt que podem ser utilizados para a explicação de alguns conceitos que envolvem os governos totalitários e o problema da banalidade do mal presente no cotidiano de muitos alunos, principalmente, em relação a violência.

As produções cinematográficas, em especial, o filme Matrix é um recurso didático proposto como possibilidade de intervenção. Ao colocar o problema do totalitarismo, Gallo (2016) cita o filme Alphaville lançado em 1965 de ficção científica que passa em uma cidade controlada por um computador Alpha 60 que reprime a manifestação de qualquer sentimento de seus habitantes.

A proposta de intervenção segue a idade de Gallo, porém o filme escolhido é o Matrix que aproxima da realidade dos jovens que já nasceram nesse ambiente cercado de tecnologias e de computadores pessoais, apesar que desde o Matrix de 1999, a tecnologia modificou de maneira acentuada, porém, a ficção baseado em problemas filosóficos é atual. Antes da exibição

do filme é recomendado ao professor apresentar o sinopse do longa e mostrar algumas questões filosóficas que vão aparecer no desenrolar da trama.

O controle e a manipulação das pessoas é retratado no filme, momento propício de associar as ideias do que acontecia no regime totalitário, no qual as liberdades são falsas e que quem tentar ir contra o sistema é duramente perseguido. Além disso o filme trabalha ideias da mitologia grega, a alegoria da caverna de Platão e sobre o pensamento do filósofo René Descartes em relação ao problema dos sentidos. Enfim é possível fazer diversas abordagens filosóficas a partir do clássico Matrix.

A última proposta é a apresentação, por parte dos alunos, da alegoria da caverna de Platão, explorando os problemas atuais das diversas mídias sociais que muitas vezes aprisionam e manipulam os jovens, os alienando acerca dos problemas atuais, o espaço, diálogo e convívio são comprometidos, desde o escolar e até o familiar, o que gera o isolamento social. Que pode contribuir para o fortalecimento das massas e crescimento no campo da política de ideias totalitárias.

O professor nessa apresentação será um importante mediador, mas é necessário que os alunos utilizem da sua criatividade e protagonismo para a execução do trabalho. O docente poderá organizar os grupos, estabelecer critérios de avaliação para os alunos, como a participação, organização e comprometimento. Às vezes podemos até esperar pouco dos alunos, por outro lado, muitas vezes somos surpreendidos com apresentações brilhantes e que criam experiências de aprendizagens efetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Dissertação, apresentada ao programa de mestrado profissional em Filosofia – Perfil, surgiu da inquietação do autor, enquanto professor de Filosofia, frente a um problema, do qual destacam-se três aspectos: Em primeiro lugar o problema histórico ocorrido a partir do Totalitarismo que provocou o genocídio de milhões de pessoas e atrocidades absurdas ocorridas nos campos de concentrações durante a II Guerra Mundial. Em segundo lugar, o desânimo dos jovens em relação à política e a sua participação, não por menos, pois o Brasil atravessa uma crise política e de representatividade, sendo que as notícias veiculadas pelos telejornais e mídias digitais não têm contribuído, afinal não apresentam quase nada de positivo aos regimes democráticos. O terceiro lugar, talvez o mais preocupante, o surgimento do apoio de alguns alunos ao estilo de candidatos com ideias autoritárias e extremamente conservadoras, realidades presentes nas redes sociais como o *youtube*, *twitter*, *facebook*, dentre outros.

O problema geral é que, apesar de todos os efeitos destrutivos causado pelo Totalitarismo e regimes autoritários, as ideias desses regimes ainda estão presentes na sociedade. Mostra-se necessário acender um alerta, pois a partir das diversas crises econômicas, sociais e políticas, essas ideias começaram a ganhar forças e adquirir apoio popular, passando a ocupar cadeiras importantes no cenário político brasileiro e em outros países.

Nas últimas décadas ocorreu uma expansão do acesso à informação, principalmente a partir da internet, com os aparelhos smartphones acessíveis a muitas pessoas. A posse desses recursos proporcionou uma comunicação rápida, o crescimento do acesso às pesquisas e livros, por exemplo, revelando vários aspectos positivos que poderiam ser destacados. Por outro lado, o crescimento das *fake News* espalhou-se de forma incontrolável através das mídias sociais, influenciando, inclusive, as últimas eleições no Brasil.

Para o desenvolvimento das discussões, recorreremos ao pensamento de Hannah Arendt, sobrevivente do regime nazista, o que a influenciou a escrever a obra *Origens do Totalitarismo*, obra densa e detalhada sobre o assunto. De sua análise do Totalitarismo, podemos depreender que o mundo está sujeito ao desaparecimento nas situações em que se abala o caráter de permanência e estabilidade da esfera pública e das instituições políticas que constituem o espaço entre o que unifica e separa os homens.

Como visto, para os regimes de cunho totalitário o que importa é a formação de massas. Grupos de pessoas que não possuem nenhuma ligação política, ou seja, não estão associados a

sindicatos comunitários, nem trabalhistas ou de qualquer natureza e não possuem qualquer filiação partidária. A massa é composta por indivíduos isolados que estão preocupados apenas com a sobrevivência e o ato de consumir.

Arendt não tratou dos conceitos que envolvem diretamente as mídias sociais que conhecemos atualmente, pois, infelizmente faleceu antes da expansão da internet e da chegada dos computadores na maioria das casas da população mundial. Porém, conhecia o poder da propaganda totalitária, importante ferramenta para o convencimento das massas e manipulação das informações conforme os interesses dos governos autoritários e totalitários.

A propaganda do movimento totalitário, segundo Arendt (2000), servia também para libertar o pensamento da experiência e da realidade, buscando sempre colocar um significado secreto em cada evento público tangível e farejar intenções secretas atrás de cada ato político público. No momento que chegam ao poder, os movimentos passam a alterar a realidade segundo as suas informações ideológicas. O conceito de inimidade é substituído pelo conceito de conspiração e isso produz uma mentalidade na qual já não se experimenta e se compreende a realidade em seus termos.

O governo totalitário é diferente de qualquer forma que já existiu, baseia-se em diversos tipos de preconceitos e mentiras. As minorias são massacradas e perseguidas, consideradas muitas vezes como culpadas por uma suposta degeneração e corrupção da sociedade. As próprias tradições de um povo que expressa a sua cultura e resgata a sua identidade e história é negada e ridiculizada por esse tipo de governo.

Sendo assim, observamos que esta pesquisa, por envolver a compreensão da influência da propaganda e da mídia na construção da consciência política, mostrou-se necessária no contexto atual. A universidade foi o lugar propício para o desenvolvimento teórico deste trabalho e a Filosofia presente no Ensino Médio foi a forma de levar os estudantes a uma reflexão crítica sobre esses movimentos que preservam disfarçadamente ideias fascistas, nazistas e estalinistas.

Após as diversas leituras e pesquisas sobre Hannah Arendt e alguns de seus comentadores, além do problema do ensino de Filosofia, observado por Gallo, Gelamo, Chauí, Aranha, dentre outros, chegamos à conclusão de que é verdadeira a hipótese levantada para o desenvolvimento desta pesquisa. Aqui mostramos que segundo Hannah Arendt, a propaganda, através da mídia, influencia na formação política das massas, incluindo os jovens, levando-os a apoiar regimes autoritários para a restauração da ordem. E, a partir disso, surgiram outros problemas, dentre eles podemos destacar: os professores também reforçam e defendem essas

ideologias autoritárias na sala de aula como solução para o ensino? Com os avanços das tecnologias e mídias, como é possível contribuir para o letramento digital dos estudantes a partir do ensino de Filosofia? Como construir um ambiente de diálogo em sala de aula em uma sociedade cada vez mais individualizada e alienada sobre os movimentos democráticos? São vários questionamentos que vão surgindo, cada vez mais rápido, nesse cenário de inovações, e que esquecem muitas vezes do lado humano.

Enfim, esta pesquisa traz várias reflexões, dentre elas a certeza de que enquanto professores de Filosofia devemos continuar a busca do aprimoramento dos nossos conhecimentos, juntamente com a universidade, bem como o diálogo com os estudantes. Além disso, ela vem afirmar a necessária leitura dos clássicos, de visitar as obras de Arendt como proposto e de tantos outros pensadores que nos fazem refletir sobre a nossa responsabilidade em relação ao mundo e as pessoas que nos cercam. Por outro lado, reforça-se que não tem como negligenciar as tecnologias, por isso é necessário utilizá-las e aprender com nossos próprios alunos, porque não, sobre essa importante ferramenta para o aprendizado que vai muito além de apenas o entretenimento. Por fim, devemos combater e não aceitar qualquer ideia que fere a dignidade, a pluralidade e falta de empatia. Podemos plantar uma semente de reflexão e criticidade no chão das nossas salas de aula.

REFERÊNCIA

ARENDT, Hannah. **O que é política**. Trad.: Reinaldo Guarany. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2011.

_____, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. 5º ed. São Paulo: Editora Perspectiva. Trad.: Mauro W. Barbosa, Coleção Debates, 2005.

_____, Hannah. **A condição Humana**. 10º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, trad.: Roberto Raposo, 2004.

_____, Hannah. **Origens de totalitarismo**. Trad.: Roberto Raposo, 2º ed. São Paulo: Editora Cia de Letras, 2000.

_____, Hannah. **A vida do espírito. O penar, o querer, o julgar**. 4º ed. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 2002.

_____, Hannah. **Sobre a violência**. Trad. André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

AGUIAR, Odílio. **Veracidade e propaganda em Hannah Arendt**. Cadernos de ética e Filosofia política 10, 2007. Disponível em:

<http://Filosofianreloanda.pbworks.com/f/Verdacidade+e+Propaganda+e+Hannah+Arendt.pdf>
Acesso em 04 jul. 2018.

APPEL, E. J. **Filosofia nos Vestibulares e no Ensino Médio**. Cadernos Pet-Filosofia. n. 2, 1999. Disponível em: <http://www.Filosofia.ufpr.br/pet/cadernos/numero2/emmanuel.pdf>. Acesso em: 28 de jul 2019.

ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Trad. Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Coleção Folha. Grandes nomes do pensamento; v. 1. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.

BAUMAN, Z. **La sociedad individualizada**. Barcelona: Catedra, 2002

BRASIL, Agência: **Insatisfação com democracia põe em xeque sistema político, dizem especialistas**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/insatisfa%C3%A7%C3%A3o-com-democracia-p%C3%B5e-em-xeque-sistema-pol%C3%ADtico-dizem-especialistas>. Acesso em 05 Jun. 2018

BRASIL, Escola. **Holocausto** Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/holocausto.htm>. Acesso em 8 ago. 2018

CHAUÍ, Marilena. **Iniciação à Filosofia: Ensino Médio**. Vol. único, São Paulo: Ática, 2010.

CORREIA, Adriano. O desafio moderno Hannah Arendt e a sociedade de consumo. Ed:UFMG, Belo Horizonte 2001. In. BIGNOTTO, Newton, MORAES, Eduardo Jardim de. **Hannah Arendt: Diálogos, Reflexões, Memórias**. Ed:UFMG: Belo Horizonte, 2001.

CARMINATI, João Celso. (Des) Razões da retirada da Filosofia do Ensino Médio no Brasil. **Revista Udesc**. v. 5, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1225/1038>. Acesso em 28 jul. 2020.

GÓMEZ, Maria Nélide González de. **A informação: dos estoques às redes**. Ciência da Informação, v. 24, n. 1, 1995.

DIAS, Cláudia. **Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas**. Disponível em <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/330/252>. Acesso em 03 jul. 2018.

DUARTE, André. **Hannah Arendt e a modernidade: esquecimento e redescoberta da política**, 2001. Disponível em: http://works.bepress.com/andre_duarte/13/. Acesso em 18 out. 2011.

DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura – política e Filosofia em Hannah Arendt**. São Paulo. Editora: Paz e terra, 2000.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**, trad. Eliana Aguiar. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

FISCHER, Bueno Maria Rosa. **Mídia e juventude: experiência do público e do privado na cultura**, 2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n65/a04v2565.pdf. Acesso em 25 jun. 2018.

FONSECA, Isis Borges B. da. Introdução in ARISTÓTELES, **Retórica das Paixões**, Trad. de Isis Borges B. da Fonseca, (Clássicos). São Paulo: Martins Fontes, 2000

GALLO, Sílvio. **Filosofia: experiência do pensamento**. Vol. único. 2º ed. Scipione, 2016.

GELAMO, Rodrigo Pelloso. **O ensino da Filosofia no limiar da contemporaneidade: o que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de Filosofia?** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed São Paulo: Atlas, 2002.

JAEGER, Werner. **Paideia: A formação do homem grego**. Trad. Artur M. Parreira. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LEPRE, R. M. **A indisciplina na escola e os estágios de desenvolvimento moral na teoria de Jean Piaget**. Marília, 2001. 182p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

LIMA, Marcos Aurélio de. **A retórica em Aristóteles: da orientação das paixões ao aprimoramento da eupraxia.** Rio grande do Norte: IFRN, 2011.

MANZATO, Marcos Valério Carvalho. **Poder em Hannah Arendt: uma leitura.** 2007.

Disponível em:

file:///C:/Users/Milene/Pictures/Marcos%20Valerio%20Carvalho%20Manzato.pdf. Acesso em: 03 fev. 2020

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MURCHO, D. **A natureza da Filosofia e o seu ensino.** Lisboa: Plátano, 2002.

PLATÃO. **A República.** Tradução de Carlos Alberto Nunes. 3. Ed. Belém: EDUFPA, 2000

SANTA, Dala Fernando, **Justiça, política e formação na república platônica: a Paidéia enquanto caminho para a virtude,** 2013. Disponível em:

https://www.academia.edu/10073080/JUSTI%C3%87A_POL%C3%8DTICA_E_FORMA%C3%87%C3%83O_NA_REP%C3%9ABLICA_PLAT%C3%94NICA_A_PAID%C3%89IA_ENQUANTO_CAMINHO_PARA_A_VIRTUDE Acesso em: 23/01/2019.

SEPÚLVEDA, Denise Vilche **A banalidade do mal: O excesso da violência na mídia,** 2015. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/.../Denise-Vilche-Sepulveda-FCL.pdf>. Acesso em 24 jun. 2018.

VICENTE, J.J.N.B. **Hannah Arendt: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo** Ensaios Filosóficos, Volume VI - Outubro/2012. Disponível em:

http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo6/00_Revista_Ensaio_Filosoficos_Volume_VI.pdf acesso em: 7 de julho 2018.

YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. **Hannah Arendt: por amor ao mundo.** Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1997.

APÊNDICE

PROJETO DE INTERVENÇÃO EDUCACIONAL

INTRODUÇÃO

A proposta de intervenção aqui apresentada será desenvolvida em uma turma do 2º ano e do 3º ano do Ensino Médio, na Escola Estadual Tiburtino Pena localizada no município de Francisco Sá – MG. A instituição atende mais de mil alunos da região e é a única escola de Ensino Médio da cidade e possui turmas no matutino, vespertino e o EJA no turno noturno. As turmas em questão são compostas por cerca de 35 alunos frequentes, muito heterogêneas em relação aos níveis de aprendizagem e interesse e a maioria dos alunos são oriundos de classe economicamente desfavorecidas. A experiência observada por este pesquisador é que a apatia é muito grande em relação ao desejo de aprender, fruto da defasagem escolar, muitos chegam no Ensino Médio com dificuldades de leitura e interpretação e o outro problema é que o uso dos celulares chega a ser abusivo e prejudicial ao desenvolvimento já defasado dos alunos, por outro lado existem alunos com uma boa argumentação e que procuram ajudar estes colegas com maiores dificuldades, apesar de casos de indisciplina e inquietude de diversos alunos, existem alguns que são interessados pelo conteúdo filosófico.

Dois pontos que motivaram o presente pesquisador a propor uma intervenção nas aulas foram à observação que nas últimas eleições presidenciais a maioria dos alunos simpatizava-se com propostas autoritárias e violentas para solucionar os problemas no país, inclusive alunos com bom desempenho em nota e destaque em participação nas aulas, outro ponto preocupante era o uso abusivo do celular como fora citado acima. Neste último ponto ao perguntar se eles gostavam realmente de ficar o tempo todo praticamente no celular, diziam que não, mas o problema era o vício produzido que era incontrolável.

Sendo assim surgiu o projeto de intervenção com a proposta de durante as aulas trabalharem essas perspectivas no campo filosófico, por um lado, trabalhar as noções de democracia e o problema dos governos autoritários e totalitários na perspectiva de Hannah Arendt, a formação de massas e o problema da mídia e a tecnologia na manipulação e aprisionamento dos indivíduos mostrando como esse problema foi tratado desde Platão com o mito da caverna até nos nossos dias atuais com a tecnologia e o seu domínio que foi retrato no filme Matrix.

OBJETIVO GERAL:

- Analisar as influências da mídia e da propaganda na formação do pensamento político dos estudantes e o aprisionamento dos mesmos pela tecnologia em relação ao pensar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Discutir o papel da mídia e da propaganda na formação do pensamento político na perspectiva de Arendt;
- Identificar as influências das propagandas sensacionalistas na construção do pensamento político dos alunos do Ensino Médio;
- Planejar uma proposta de projeto educacional que contribua para conscientizar os alunos sobre a influência da mídia e da propaganda sensacionalista na construção do pensamento utilizando o mito da caverna de Platão, o filme Matrix e propor uma apresentação de uma peça teatral.

PROBLEMA:

Quais as influências da mídia na formação do pensamento político dos estudantes do Ensino Médio?

HIPÓTESE:

Segundo Hannah Arendt a propaganda através da mídia influencia na formação do pensamento político das massas incluindo os jovens levando-os a apoiarem regimes autoritários para a restauração da ordem.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da proposta de intervenção optaremos por três momentos, no primeiro momento partiremos por aulas teóricas e dialogadas com os estudantes das turmas com estudos de trechos da obra de Hannah Arendt acerca da propaganda totalitária, contextualização da segunda guerra mundial e sobre o holocausto e sobre o Mito da caverna de Platão, cerca de 4 aulas.

No segundo momento a ideia é trabalhar como os alunos o filme Matrix, antes de passar o filme para os mesmos se faz necessário que tenham contato com a sinopse do filme e o objetivo do cineasta ao produzi-lo e alguns problemas filosóficos, relacionados com a manipulação e a sua relação como o Mito da caverna de Platão, serão utilizadas para esse desenvolvimento 5 aulas aproximadamente.

No terceiro momento o que se espera é fazer uma apresentação de teatro com os estudantes como protagonistas representando o mito da caverna de Platão e no contexto atual as “cavernas contemporâneas” que impedem a humanidade muitas vezes de pensar que se fazem presentes nas redes sociais, a televisão, os jornais sensacionalistas, neste último momento serão cerca de 3 aulas.

CRONOGRAMA

Atividades	01/2018	02/2018	01/2019	02/2019	01/2020
Elaboração do projeto de pesquisa	05 - 07				
Construção do referencial teórico. (Capítulo I)		08 - 11			
Elaboração da proposta de intervenção			03-05		
Execução e avaliação da proposta de intervenção				06-09	
Análise dos dados (Escrita do Capítulo II)				10-12	
Qualificação da pesquisa					03
Conclusão da dissertação					04-06
Defesa					07

RECURSOS NECESSÁRIOS

Na realização desse projeto educacional de intervenção, está prevista a utilização de recursos multi-midiáticos, com o objetivo de tornar as aulas mais dinâmicas e atrativas, gerando, assim, maior produtividade: projetor de multimídia, celulares e câmeras digitais, material fotocopiado, jornais e revistas, livros didáticos e, sobretudo, os computadores do laboratório de informática, com acesso à internet.

Como recursos humanos, a pesquisa contará com participação direta do professor de Filosofia, que desenvolverá o trabalho da proposta de intervenção com os alunos do 2º ano e 3º ano do Ensino Médio. A colaboração dos demais professores da instituição, sobretudo na etapa das apresentações, da exibição do filme, em que é necessária maior interatividade entre alunos e professores, terá também papel muito importante. Serão de grande relevância o apoio e envolvimento da diretora, vice-diretora e supervisora do turno matutino e vespertino, bem como a participação do pessoal responsável pela sala vídeo e dos equipamentos que serão utilizadas para exibição do filme e recursos para as apresentações de teatro.